

avante

NÚMERO 64 • Semana de 2 a 8 de Junho de 1976

CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
S 1376
NR
11

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500

GRANDE CAMPANHA DE FUNDOS DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA



COMISSÕES DE TRABALHADORES
E DELEGADOS SINDICAIS DO DISTRITO DE LISBOA
EM PLENÁRIO

NOTICIÁRIO SINDICAL

PESCADORES E PREVIDÊNCIA

No passado dia 29, realizou-se em Setúbal o I Encontro dos Sindicatos de Pescadores, reunidos para se debruçarem sobre alguns pontos dos problemas da Previdência, questão particularmente aguda naquele sector do trabalho. Na verdade, só em data relativamente recente é que os pescadores ficaram abrangidos pelo regime geral da Previdência, e ainda assim em circunstâncias que deixaram em aberto algumas dificuldades importantes, designadamente a desigualdade das taxas.

Além deste aspecto, foi examinado neste encontro a questão das dívidas patronais à Previdência (que em 1975 se cifrou na ordem dos 200 000 contos!) e, de um modo geral, o controlo da Previdência pelos próprios trabalhadores, que todos os presentes consideram como a forma mais eficaz e adequada de resolver todo o conjunto de problemas que a Previdência suscita e que, como se sabe, são de primeiríssima importância. Ao longo do encontro, foi clara a consciência de todos os participantes de que a Previdência é o futuro dos pescadores, a sua possível segurança contra a velhice, a invalidez e a doença, e que questão de tal monta tem de ser resolvida por todos os pescadores, unidos e conscientes.

VESTUÁRIO DO PORTO

«Vamos dar início à luta pelo novo CCT que se aplicará aos sectores de Vestuário, Têxteis e Lanifícios», declara-se num comunicado distribuído à classe por este Sindicato.

Pondo em destaque as dificuldades que, naturalmente, irão surgir, alerta-se:

Como é de prever quando os Sindicatos se propõem negociar em CCT, com as Associações dos Patrões, têm que o fazer segundo determinadas regras.

Em 28 de Fevereiro de 1976 o M.T. elaborou o Decreto-Lei n.º 164-A/76 que se destina a regulamentar as relações colectivas de trabalho.

Ora este Decreto veio fazer reverter a legislação do tempo do fascismo e em alguns aspectos conseguiu ainda ser pior.

Uma vez que devemos ter a consciência exacta do que pode acontecer no decurso das negociações, para que não sejamos apanhados de surpresa, por um lado, e para prepararmos a nossa luta, por outro, vamos apontar alguns dos aspectos que consideramos mais prejudiciais para os trabalhadores.

1.º — O art.º 9.º do citado Dec.-Lei 164-A/76, contém um dos aspectos mais gravemente prejudiciais para os trabalhadores. Na verdade de acordo com este artigo os próximos Contratos de Trabalho só obrigam os patrões que estejam inscritos nas Associações dos Industriais. Quer dizer, se qualquer patrão lá não estiver inscrito, ou se resolver sair da Associação, o Contrato que vamos negociar não se lhe aplicará.

É fácil de ver que os patrões que não quiserem cumprir o novo C.C.T., sairão da Associação.

O Ministério do Trabalho deu por este meio ao patronato o melhor presente que ele poderia esperar.

Até no tempo do fascismo os CCT se aplicavam a todos os patrões, estivessem ou não inscritos nos Grémios.

2.º — Os artigos 11.º e seguintes estabelecem o processo de negociação. Por ele o patronato tem todas as possibilidades de fazer prolongar as negociações por tempo indeterminado. Não se fixam prazos, nem se impõem formas adequadas para obrigar o patronato a negociar.

3.º — para agravar ainda mais a situação, parece ser intenção do Ministério do Trabalho proibir que os CCT tenham efeitos retroactivos.

Ora se a lei não impõe prazos fixos para negociar, se, ainda para mais parece proibir em princípio os efeitos retroactivos, é fácil de ver que o patronato vai usar todas as habilidades para prolongar as negociações.

OURIVES DO SUL

Deste Sindicato, recebemos o seguinte comunicado:

Finalmente, a classe de relojoeiros tem, pela primeira vez, um Contrato Colectivo de Trabalho, o qual passa a abranger os trabalhadores relojoeiros dos Distritos de Lisboa, Leiria, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, Faro, Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

É, no entanto, de salientar que esta classe já lutava por um Contrato antes do 25 de Abril de 1974, mas para agora o possuir teve de lutar contra vários obstáculos.

Na verdade, depois de

acordado com a Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojaria do Sul, o Contrato foi suspenso quando do congelamento da Contratação Colectiva pelo Governo e depois, ainda, a burocracia a que está sujeito o Ministério do Trabalho que continua a não estar ao serviço dos trabalhadores mas sim de outras classes.

É tanto mais importante esta Convenção quanto existem ainda hoje neste sector ordenados de fome e várias formas de exploração social e económica assim como subemprego.

COMÉRCIO DE SETÚBAL

A Comissão Negociadora do C.C.T. Vertical para o Distrito Retailista do Distrito de Setúbal fez chegar até nós um extenso «Balanço» da luta que tem vindo a travar.

Dos documentos que nos foram enviados passamos a destacar o seguinte comunicado:

Os Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal, entraram em luta no passado sábado, dia 15, e quarta-feira, dia 19, para pressionarem as associações patronais a negociar um CCT Vertical para o Comércio Retailista.

Os trabalhadores defendem que ninguém deve ser marginalizado deste processo de negociação. Sendo assim, defendem para: *Uma só empresa — Um só contrato! Um só sector, de actividade (comércio retailista) — Um só contrato!* A isto se têm oposto as associações patronais.

No passado dia 20 de Maio foi contactada a Comissão Negociadora Sindical para realizar uma reunião informal na Delegação do Ministério do Trabalho em Setúbal.

A esta solicitação correspondemos de imediato, pugnamos, pela resolução pacífica do impasse em que caíram as negociações.

Nesta reunião, depois de analisadas e esclarecidas as razões que levam as partes a defenderem posições antagónicas, avançou a Comissão Negociadora Patronal com uma proposta não vinculativa que aceitamos analisar e discutir porque, em nosso entender, apesar de não satisfazer os objectivos porque lutam os trabalhadores, poderá servir como base de trabalho para se encontrar uma plataforma aceitável.

Esta posição da Comissão Negociadora Patronal mesmo que venha a ser transformada numa proposta vinculativa, não é uma cedência, às justas pretensões dos trabalhadores, é limitativa, impõe condições não vinculativas de cláusulas que reputamos muito importantes.



do Sindicalismo

O que se pode entender pelo esforço constante da parte dos responsáveis sindicalistas para garantir o mais amplo carácter democrático, nos sindicatos?

Em primeiro lugar, a organização deve ter e defender objectivos que convêm, sem hesitação, aos seus aderentes. E eles só poderão convir aos seus aderentes na medida em que forem por eles discutidos, aberta e francamente. Porque, se não participarem nas reuniões e assembleias, lugares de discussão aberta e geral a todos os filiados, eles não poderão depois fazerem valer, fora desses lugares, as suas opiniões individuais, visto não terem contribuído para a discussão e para a decisão que toda e qualquer assembleia tem de tomar naquilo que lhe pareça ser a melhor defesa dos interesses da classe.

Para se conhecerem métodos de trabalho e formas de luta, é indispensável uma segura, uma forte organização sindical e formas de luta, é indispensável uma segura, uma forte organização sindical na empresa, com métodos de trabalho bem estruturados. Fez-se isto mesmo no tempo do fascismo, quando se lutava com muitos perigos, para se conseguir uma certa organização. Nessa altura, era preciso aproveitar a existência dos Sindicatos Nacionais, criados pelo estado fascista, para que se pudessem conquistar as direcções dos sindicatos e fazer com que elas tivessem uma actuação justa, para com as necessidades prementes de defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

Agora, com a lei sobre as liberdades sindicais, torna-se, naturalmente, mais fácil conseguir uma forte estrutura sindical em cada empresa, desde que haja camaradas sindicalistas conscientes dessa necessidade e saibam criar, da parte dos trabalhadores, aquele interesse necessário pela acção que faz com que seja fácil o que parece, à partida, muito difícil.

É preciso explicar, fazer ver aos trabalhadores, a necessidade e a conveniência de serem membros activos da sua comissão sindical, do seu sindicato, entusiasma-los a tomarem e a desenvolverem tarefas que tomem menos dura a missão, o desempenho das obrigações, dos camaradas que foram eleitos pelos próprios trabalhadores, como os mais capazes para defenderem e

orientarem as acções, muitas vezes decisivas, dos membros duma organização sindical.

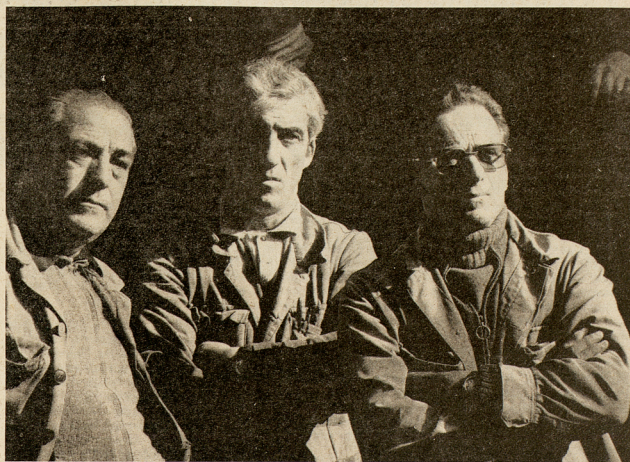
Um problema muito importante em cada empresa, em cada sindicato, em cada organização sindicalista, é o da vigilância sindical. A vigilância sindical deve ser uma missão importante e activa. Podemos dar um exemplo, sobre o aspecto da facilidade dessa vigilância, tomando uma empresa duma certa importância. Temos um sindicato, ou uma acção sindical (o nome pode variar, não é o essencial), com uma direcção eleita e assentando em organismos, tendo por base uma oficina ou um outro qualquer serviço, ou um escritório, em fim, uma unidade de trabalho. Isto deve permitir uma vida sindical mais intensa, mais real, uma vez que o sindicato está perto dos seus aderentes, os aderentes mais perto dos organismos responsáveis, conhecendo-se melhor uns aos outros. Isto permite que a responsabilidade dada a certos camaradas possa ser mais simplesmente controlada, e, até, dar a um maior número de camaradas tarefas concretas com as suas reais possibilidades de acção.

Mas nas grandes empresas, o problema mais importante é o de conseguir escalar todos os esforços e boas vontades por organismos sindicais que se completam uns aos outros, num todo em que possa dar à direcção sindicalista da grande empresa uma ideia geral dos problemas e das orientações que melhor possam coadunar-se com os próprios interesses colectivos dos trabalhadores. Isto é, têm de haver delegados sindicais conscientes e dedicados, decididos, capazes de a todo o momento poderem e sabermos corresponder às necessidades dos seus camaradas trabalhadores. E, também, uma comissão sindical, formada por esses homens devotados à causa dos seus irmãos trabalhadores, que acompanhe, o mais de perto possível, passo a passo as dificuldades, as necessidades que possam assobiar os trabalhadores da empresa e agirem, em consequência, sempre que surjam problemas em que a sua acção se torne necessária, para essa mesma defesa dos trabalhadores.

Mas torna-se indispensável, também, que cada trabalhador coopere o mais estreitamente possível com os seus delegados sindicais, de forma que estes possam estar aptos a desenvolver toda a máquina sindicalista da empresa, quando os problemas justificarem uma larga acção do sindicato na empresa, isto é, sempre que estejam em dificuldade os reais interesses dos trabalhadores, como classe explorada.

DIVULGA
avanca

LUTAR FIRME



E CONSEQUENTEMENTE

Centenas de homens e de mulheres, de jovens e de adultos, nas fábricas, nos campos, nas oficinas, nos escritórios, nos barcos, nas escolas e nos centros de investigação, criam com o seu trabalho, manual ou intelectual, todas as riquezas da Terra. E lutam, unitariamente, para construir um futuro de liberdade, democracia, de progresso social, de independência e Paz, para a humanidade.

São cada vez mais. Estão cada vez mais firmes.

Entre estes trabalhadores, são milhões os que, em sociedades socialistas, assumem um papel dirigente, livres da exploração e da opressão, o que permite assegurar o florescimento material e espiritual dos povos e do indivíduo.

Nos países capitalistas, são milhões os que vivem difícil e miseravelmente, na incerteza do amanhã. Milhões de homens que passam fome. Milhões de homens vítimas da analfabetismo. O seu papel na sociedade não correspondem, de modo nenhum, ao que desempenham na produção. São cidadãos de categoria inferior e, apesar de intervirem na produção decisiva de todas as riquezas, só muito parcialmente é que beneficiam delas.

De facto, grande parte da riqueza que produzem é transformada em benefícios colossais dos grandes monopólios industriais, agrários e banqueiros, assim se criando uma casta privilegiada à custa dos trabalhadores: a casta dos grandes capitalistas, dos parasitas.

Uma sociedade autenticamente moderna, e por consequência democrática, distingue-se pelas condições materiais, sociais, políticas e culturais que põe à disposição dos trabalhadores; pelo lugar em que os coloca na gestão dos assuntos da Empresa e do País.

Hoje, mais do que nunca, os trabalhadores organizados nos seus Sindicatos devem gozar vantagens e de largos direitos e liberdades, em conformidade com o papel que desempenham na produção.

Por isso, os Sindicatos (isto é: todos os trabalhadores neles organizados) devem lutar, unitariamente e usando as armas mais consequentes, por objectivos comuns. Sem discriminação de raça, sexo, idade, nacionalidade, opiniões políticas, religiosas ou filosóficas. Contra o inimigo comum: os exploradores. Pelo

progresso social, o fim da exploração, a democracia e o socialismo.

Na luta revolucionária após o 25 de Abril de 74, os trabalhadores e as camadas populares portuguesas, em aliança estreita com o Movimento das Forças Armadas, conseguiram infligir aos monopolistas e latifundistas uma pesada derrota, retirando-lhes muitos dos velhos privilégios de que se serviam para oprimir, humilhar e explorar o nosso Povo.

Até este momento, foram conseguidas importantes conquistas, obtidas liberdades cívicas e sindicais que a todos interessa defender e aprofundar, pois só com eles será possível abrir caminho para uma sociedade nova, livre da exploração e da opressão capitalistas, o que permitirá entre muitas outras coisas elevar as condições materiais e espirituais de todo o Povo.

Porém, a reacção interna e internacional, coadjuvada pelas ambiguidades e hesitações pequeno-burguesas de certas forças organizadas, investe todo o seu potencial contra os trabalhadores e as suas conquistas revolucionárias. Querem recuperar os latifúndios expropriados, as empresas e sectores nacionalizados. Querem submeter o novo Povo à ingerência repressiva do imperialismo, roubar-nos as liberdades democráticas, aumentar a exploração.

A reacção utiliza todas as brechas que os trabalhadores deixam abertas quando, em alguns sectores, descuidam a vigilância.

Por tudo isto, os trabalhadores precisam de estar constantemente atentos aos problemas político-sociais que o País defronta, a fim de poderem fazer análises objectivas à situação em cada momento que vivemos. Só assim poderão travar lutas consequentes pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho sem prejudicar o essencial, que é salvaguarda e a consolidação das conquistas revolucionárias e das liberdades obtidas.

Na verdade, a luta pela melhoria do poder de compra dos trabalhadores não se pode dissociar da luta mais geral de todo o Povo contra a reacção e contra o grande capital, pela construção da democracia e do socialismo.

Sabe-o a reacção. E, sabendo-o, joga os seus trunfos. Sabem-no os trabalhadores. E não o podem esquecer.

TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO PORTO: IMPEDIDO O EXERCÍCIO DO DIREITO À GREVE

Depois de quase dois meses de negociações, e com mais de 20 horas de discussão em torno da tabela salarial e pagamento de retroactivos, foram interrompidas as negociações para o contrato colectivo do sector retalhista no distrito do Porto. Os trabalhadores, que já denunciaram o CCT em Dezembro de 1975, e que só paralisando uma manhã nos princípios de Abril conseguiram impor o começo das negociações, tiveram que recorrer à greve. Foi assim que, desde o dia 25 de Maio e durante 5 dias, os trabalhadores lutaram contra a intrusão das associações patronais.

A greve, que não prejudicou o abastecimento de géneros alimentícios pois os estabelecimentos respectivos fizeram greve dia-sim dia-não, foi assumindo as formas de luta julgadas necessárias. E quando o patronato começou a substituir os trabalhadores em greve por outros, criaram-se piquetes de greve — convém frisar que em caso algum foi usada violência sobre camaradas de trabalho para obrigar ao encerramento de estabelecimentos.

Perante a firmeza dos trabalhadores e o cada vez maior número de adesões à greve, a Polícia de Segurança Pública optou: no dia 28 carregou brutalmente sobre os piquetes de greve.

Registe-se que o próprio Governador Civil do Porto considerou que a intervenção da PSP fora demasiado violenta.

Esta acção da PSP vem na sequência de outras, idênticas, sem que até agora os responsáveis tenham tomado as necessárias medidas, apesar dos enérgicos protestos da Organização Sindical.

Entretanto, decorriam contactos com o Ministério do Trabalho (Delegação do Porto), no sentido de este obrigar as

associações patronais a sentar-se à mesa das negociações ou — caso persistissem na recusa — com vista a obter do MT a publicação através da portaria das cláusulas ainda não negociadas.

Demonstrando grande experiência de luta, os trabalhadores realizaram Plenários em todos os dias de greve. Assim puderam acompanhar passo a passo o evoluir da situação. No Plenário de 29 de Maio, sábado, concluíram que:

1 — A extraordinária manifestação de unidade e de força reivindicativa que constituíram estes dias de greve, prova que havemos de conseguir

um contrato colectivo digno e honesto;

2 — Que as forças policiais, ao impedirem a constituição e acção dos piquetes de greve, estão a impossibilitar o exercício do Direito à greve;

3 — Que a reunião de 28 de Maio, no Ministério do Trabalho e na presença do Delegado Dr. Pascoal, as associações patronais, ao recusarem retomar as negociações, não obstante a possibilidade avançada pelo Sindicato de suspender a greve a partir de sábado, constitui uma recusa objectiva de negociação por parte do patronato;

4 — Que a conquista de um contrato colectivo, nas condições repressivas actualmente existentes, constitui um processo complexo que exige determinação, esforço organizativo e maturidade suficiente para não ceder às provocações das associações patronais, controladas por reconhecidos fascistas;

5 — Que o Ministério do Trabalho nos garantiu que, a persistir a recusa de negociar por parte do patronato, mesmo em condições normais, fará publicar, nos termos da lei, a matéria controvertida através de uma portaria de regulamentação do trabalho;

Pelo que decidiram:

1 — Denunciar junto dos Órgãos do Poder a situação antidemocrática existente no Porto e que não permite o pleno exercício do Direito à greve constitucionalmente consagrado;

2 — Suspender a greve até à próxima quinta-feira, dia 3 de Junho, dia em que se realizarão Plenários simultâneos no Porto, Póvoa de Varzim e Penafiel, para análise da evolução do processo;

3 — Avisar solenemente o patronato de que tomaremos todas as medidas necessárias (mesmo as mais extremas) se porventura forem exercidas represálias aos nossos camaradas em luta, principalmente os dos concelhos limítrofes.

Que pretendem os trabalhadores do Comércio?

Em algumas cláusulas importantes foi possível chegar a acordo. Destacamos a garantia do exercício dos direitos sindicais na empresa, melhorando um pouco o articulado legal: O aumento do crédito de horas aos Delegados Sindicais, de 5 para 18 horas mensais; A fixação de um prazo máximo de 3 anos para as promoções obrigatórias de terceiro a segundo caixeiro.

Porém, no que respeita aos vencimentos e pagamento de

retroactivos, não houve conciliação possível. Aos justos e razoáveis salários propostos pelo Sindicato, respondem as associações de comerciantes com irrisórias tabelas. Como exemplo, basta dizer que o salário médio proposto pelos trabalhadores é de 4 700 escudos, e que o salário máximo proposto é de 8 750 escudos. Muito longe, portanto, de serem os valores ruinosos que os patrões pretendem que são.

Mas é preciso acrescentar que:

— Os trabalhadores apoiaram a sua proposta de contrato com um pormenorizado estudo económico do sector retalhista, e que até hoje — já vão seis meses — não se mostraram interessadas em discutir-lo ou mesmo contrariá-lo com outro estudo;

— Os trabalhadores, a fim de evitar que as empresas débeis, com reais dificuldades económicas, tivessem problemas com a aplicação da tabela salarial, propuseram a criação de um mecanismo fiscalizador, que poderia isentar as referidas empresas da aplicação daquela tabela. Porém, as associações de comerciantes recusaram esta proposta, que consideram uma ingenuidade na actividade empresarial do comércio;

E se finalmente acrescentarmos que nos últimos meses o grande patronato tem sido o que directamente beneficiou com a impetuosa subida do custo de vida então, concluímos facilmente que não são os trabalhadores que querem desestabilizar o país e provocar a ruína económica, mas sim que são os patrões que estão interessados em prejudicar e perpetuar a exploração dos trabalhadores, ainda quando arduamente choram lágrimas de crocodilo pela pequenas empresas.

HOTEL IMPALA: MAIS UM DESPEDIMENTO ARBITRÁRIO

O mês de Maio encerrou com mais um caso de despedimento arbitrário, que não teve, até ao momento, resolução satisfatória. Referimo-nos ao conflito de trabalho do hotel Impala e mais particularmente ao despedimento de Mariette Barrosa, funcionária daquele Hotel e membro da Comissão de Trabalhadores.

Os delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores foram as vítimas preferidas dos capitalistas. Eles são os elementos capazes de unir e organizar os trabalhadores e como tal colocam-se, pela sua acção, na mira dos que preconizam uma sociedade baseada nas relações de dominação e exploração.

O caso do Hotel Impala, integrando-se nesta linha de ideias, não deixa de ser singular, enquanto caso acabado do trabalho de divisão

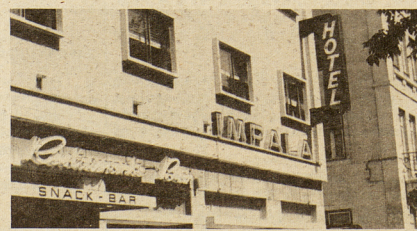
de trabalhadores de que o gerente Seixas lançou mão, na mira de se impor pela intriga, pelo medo, pela repressão, enfim, pela exploração dos que trabalham. E o certo é que conseguiu passar alguns trabalhadores para o lado dele.

Acontece que Mariette Barrosa foi impedida por alguns colegas manobrados pelo Seixas de se apresentar ao trabalho depois de uma «baixa». A acompanhá-la estavam alguns dirigentes sindicais e sócios do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, os quais não lograram convencer os trabalhadores que se opunham à entrada da Mariette.

O personagem principal do conflito é o famigerado Seixas que aparece na empresa depois de contratado pela Sr.ª Cândida Soares da Rocha,

controlado progressivo que os trabalhadores estavam a lançar.

Uma trabalhadora que por força dos seus princípios e consciência de classe se opõe aos intentos de tal gerente em defesa dos trabalhadores é uma trabalhadora a riscar do mapa. Donde o «Seixas» comprar uns e enganar outros para



sócia-gerante do Hotel, em 15/3/76.

O aparecimento insólito deste Seixas, num altura em que os trabalhadores tinham saído da «paz» por em que vivia o hotel e faziam frente a despedimentos e outros casos gritantes de injustiça, está numa tentativa clara da entidade patronal no sentido de calar os trabalhadores e cortar as bases do

despedir a Mariette, através de um abaixo-assinado que deveria lançar de uma vez para sempre, trabalhadores contra trabalhadores.

De todos ele se serviu. Dos Delegados Sindicais a quem convenceu de que estavam a ser ultrapassados e menosprezados pela acção da Mariette e de alguns empregados que ele próprio admitiu

ao serviço da empresa, e que por tanto tinha debaixo da mão.

O abaixo-assinado deveria, além de exigir o afastamento da Mariette, constituir também o documento base para a suspensão da própria Comissão de Trabalhadores. No fundo, é pois toda a organização dos trabalhadores que se pretende alijar.

Tam, pois, perfeito cabimento as interrogações feitas pela Mariette, em exposição dirigida ao seu Sindicato, a propósito do seu despedimento e a quem interessa tal despedimento.

A quem aproveita a minha destituição da C.T? Aos trabalhadores ou ao Patronato?

«A quem aproveita o meu afastamento da empresa? Aos trabalhadores ou ao patronato?»
«Porquê suspender a C.T? Por ser contrária aos interesses dos trabalhadores ou exactamente por ter tomado a sua defesa intransigente?»

«Quem está interessado em que os actuais Delegados Sindicais se mantenham? Os trabalhadores, pelos quais estes nada fizeram ou a Entidade Patronal, a quem aproveita a sua incapacidade?»

«Quem é afinal o cérebro fundamental desta acção? Analise-se a quem o crime aproveita, encontrar-se-á o culpado.»



PATRÃO ALEMÃO POR GUESES EXPLORADOS



PRIESS é o nome de uma multinacional que lançou um dos seus tentáculos sobre uma centena de trabalhadores portugueses para os explorar segundo os refinados métodos do capitalismo internacional, auferindo daí os mais fabulosos lucros. Aos primeiros sinais de crise, o patrão alemão, alinhando com todas as outras empresas do género, não fez mais do que reunir o «parecer» de certos senhores do Ministério do Trabalho e tentar fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise do capitalismo internacional.

A luta dos trabalhadores da Priess foi objecto de um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias do Distrito do Porto, que pela sua oportunidade passamos a transcrever:

A PRIESS é uma empresa de Confeccções de Vestuário, situada em V. N. Gaia empresa cerca de 100 trabalhadores, quase todos mulheres jovens. O seu capital é alemão propriedade do patrão (alemão) e do «Banco Alemão de Apoio aos países subdesenvolvidos» (ironia do destino como veremos...)

A Têxtil Europeia atravessa uma crise aguda que se reflecte em Portugal pois as portas da tal «Europa que está connosco» fecham-se no nariz dos nossos políticos e senhores ministros e consequentemente dos senhores industriais.

É assim que a PRIESS, pequena em Portugal mas grande na Alemanha, como qualquer multinacional, ao encontrar certas dificuldades de mercado, começa a ameaçar com o desemprego, sem o menor escrúpulo pelos lucros amealhados em anos consecutivos de exploração, alegando que isto «nunca deu lucro». Claro — como é prática das multinacionais, o lucro vai para a empresa mãe que comercializa a produção sendo facturada ao preço da chuva, pouco superior ao custo.

— Assim foi o patrão alemão, momentaneamente em dificuldade telefona para a Alemanha, onde reúne a Administração que decide não gastar nem mais um tostão com a sua sucursal portuguesa. Antecipando-se de passagem são um tanto estranhas (pelo menos) as dificuldades actuais, já que, segundo um relatório elaborado pelo próprio gerente, a produção aumentou de 53% de 1974 para 1975! (Como examinar as contas das multinacionais que podem ser deturpadas facilmente?..)

O alemão, perante a questão, mete pernas a caminho e vai ao Ministério do Trabalho em Lisboa (e não no Porto como seria natural). Fala com o senhor Rolo (já conhecido pela sua intervenção favorável ao patrão da Têxtil Manuel Gonçalves) e com o senhor

Madureira. Pode-se dizer que o alemão sabe quem é amigo...

— Lá aconselham-no a legalizar a situação pois entretanto tinha posto a fábrica a trabalhar a 2 dias (depois 3) por semana e forçado psicologicamente as trabalhadoras a assinar em como aceitavam a redução de salário de 4600\$00 para 4000\$00!

Como se vê é tudo uma questão de «legalizar»!

As operárias tinham primeiro recusado assinar tal documento mas após a redução da laboração é uma sessão de «esclarecimento» entre o patrão e os pais das trabalhadoras (quase todas muito jovens), acabaram por concordar, excepto 12.

Entretanto as trabalhadoras dirigem-se ao Sindicato que perante esta situação obtém do Ministério do Trabalho de Lisboa, a seguinte espantosa declaração via telefone: «o patrão paga 4 000\$00, o Ministério 300\$00 e as trabalhadoras prescindem dos outros 300\$00!»

As trabalhadoras cada vez mais intrigadas verificam que a fábrica está em plena laboração, pelo que a falta de encomendas é suspeita... acontecendo que o patrão já tem mandado parar a secção de corte a fim de faltar o trabalho na costura dando a ilusão de falta de trabalho...

O Sindicato insiste junto da Delegação do Ministério do Trabalho

do Porto e obtém uma declaração autenticada daquilo que vem na lei e que portanto se pressupõe ser para cumprir: «NÃO SÃO PERMITIDOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO QUE REDUZAM AS REGALIAS DOS TRABALHADORES — SÓ OS QUE AS MELHOREM».

Armados deste documento as operárias ganharam coesão e confiança. O patrão tinha montado o esquema pondo a circular o papel para recolher as assinaturas já que o acordo citado não era legal. As operárias conscientes dos seus direitos e justamente desconfiadas das manobras que se tramam nas suas costas manifestaram-se gritando: «NÃO ASSINAMOS! NÃO ASSINAMOS!»

O patrão vendo-se desmascarado, começou aos berros, expulsando as operárias da fábrica! A isto chama-se «LOCK OUT!» E que se saiba está proibido pela Constituição!

Juntamente com o vociferar vieram as ameaças de que segunda-feira podia não abrir a fábrica...

Não teve coragem! Abriu mesmo, mas não desistiu! Começou a chamar as operárias UMA a UMA interrogando-as à boa maneira pídessa e querendo que elas assinassem os 300\$00 a menos.

Porém a luta UNIU as operárias na sua determinação. Prova disso é que apenas duas cederam moralmente a

esta autêntica manobra de terrorismo psicológico...

PERANTE ESTA SITUAÇÃO O SINDICATO DO VESTUÁRIO DO PORTO VEM DENUNCIAR ESTES FACTOS, VERIFICANDO QUE:

- 1.º — Os senhores do Ministério do Trabalho continuam a vergar-se perante os patrões estrangeiros (Timex, etc.) vendendo o suor dos trabalhadores portugueses. Repare-se que neste caso estão em questão, 600\$00 vezes 100, ou seja, 60000\$00 por mês. O que é isso para uma multinacional?
- 2.º — Dizem estes senhores que é para defender os postos de trabalho. Perguntamos: Já foi efectuada uma análise à contabilidade da empresa? Já se verificou se a medida é necessária?

Não. A verdade é outra: aqueles que dizem defender a independência nacional estão de cóccoras perante a tal «Europa que está connosco»...

Caramba, o «Banco de Apóio aos países subdesenvolvidos» não pode sustentar uma hipotética quebra conjuntural que lhe custa 60000\$00 por

mês? (segundo dizem porque haveria que investigar...)

- 3.º — Acabam sempre por ser os trabalhadores «subdesenvolvidos» a pagar a crise do capitalismo, ao passo que o governo nada faz que se veja para tomar medidas que resolvam a crise excepto mendigar ajuda improrrogáveis.
- 4.º — Ao contrário do que afirma o senhor Madureira do Ministério do Trabalho, o que este faz não é preservar o desemprego; antes, sim, vai de cedência em cedência perante o capital estrangeiro que como se vê já não está a salvar...

A Direcção do Sindicato SAÚDA mais ESTA LUTA bem demonstrativa de que só a UNIDADE NA LUTA, SÓ A DETERMINAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA poderá trazer um futuro melhor para o nosso POVO, a caminho de uma sociedade mais justa livre da fome e do jugo parasita do grande capital e do Imperialismo.

A DIRECÇÃO DO SINDICATO EXORTA TODOS OS TRABALHADORES, EM ESPECIAL DO SECTOR TÊXTIL, À SOLIDARIEDADE COM OS CAMARADAS DA PRIESS.

A TABAQUEIRA — DOIS ANOS DE LUTA

Dando satisfação a um pedido que nos foi feito pelos camaradas da Comissão de Trabalhadores de «A Tabaqueira», passamos a fazer algumas rectificações relativas ao artigo «Tabaqueira — Dois anos de luta exemplar», publicado no n.º 82 do nosso jornal. Assim, esclarecemos que:

- 1 — A introdução do artigo em questão é da exclusiva responsabilidade da Redacção do ALAVANCA, que, para tanto, se documentou e fundamentou devidamente.
 - 2 — Onde se lê «A Tabaqueira detinha mais de 50 por cento da produção», deverá ler-se «detinha cerca de 80 por cento do mercado».
 - 3 — Onde se lê «Até há pouco tempo importávamos o tabaco...», esclarece-se que as importações prosseguem no seu ritmo normal, tentando-se com as experiências de plantação de tabaco no nosso País minorar, de alguma forma, a saída de divisas.
 - 4 — Onde se lê «com a conquista da nacionalização o ordenado médio praticado é de 7500\$00, tanto para os homens como para as mulheres» deverá ler-se: «Com o 25 de Abril o ordenado médio praticado é de 7500\$00».
 - 5 — Relativamente às condições de trabalho verificadas na INTAR, salienta-se que os problemas até à pouco existentes se encontram resolvidos praticamente na sua totalidade.
- Pelas imprecisões cometidas, pedimos desculpa a todos os camaradas de «A Tabaqueira», especialmente aos que se sentiram mais tocados por elas.

INTERSINDICAL DENUNCIA REPRESSÃO CONTRA TRABALHADORES

O Secretariado da Intersindical nacional enviou, no passado dia 28 de Maio, o seguinte telegrama ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Conselho da Revolução, ao Ministro da Administração Interna, ao Governador Civil do Porto, ao Comandante Geral da GNR e ao Comandante do PSP:

«A Intersindical Nacional repudia perante V. Ex.º o comportamento das forças militarizadas GNR e PSP nos conflitos de trabalho.

A intervenção brutal da PSP do Porto sobre os trabalhadores do comércio e a acção repressiva e intimidadora da GNR de Paços de Ferreira obrigando grevistas do sector das madeiras a trabalhar — em contraste com a passividade com que actua perante as forças reaccionárias e do patronato — são claras violações dos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição, que só servem para lembrar às massas o papel altamente repressivo que as mesmas forças desempenharam durante o regime fascista.

Exige-se salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e medidas que impeçam a repetição de tais actos.»



«VOZ DO OPERÁRIO», 29 DE MAIO:

TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA EM PLENÁRIO

Revestiu-se de particular importância o Plenário de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa, realizado no dia 29 de Maio na «Voz do Operário». Este Plenário, como talvez se recordem, efectuou-se para assim se cumprir o que fora resolvido no Encontro que se realizou a 10 de Abril, fazer plenários de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito com uma periodicidade de 3 meses. Neste sentido, fez-se este Plenário, e bem podemos acrescentar que «ainda bem». Vejamos porquê.

O primeiro ponto da ordem dos trabalhos era a questão da Previdência. Sobre o assunto verificaram-se muitas intervenções, exprimindo diferentes pontos de vista, o que veio a sublinhar o carácter aberto da discussão. De tal modo foi animada esta parte dos trabalhos que se tornou impossível esgotar a matéria da parte da manhã, como estava previsto. Já a meio da tarde, e sempre pela esmagadora maioria das cerca de cinco centenas de participantes, em representação de muitos milhares, foram aprovadas diversas moções ou propostas. Consideramos que todas elas são importantes e, por nossa vontade, publicá-las-amos aqui o texto integral de todas elas. Como, porém, as limitações de espaço nos obrigam a escolher, fazemos a transcrição das três que nos parecem fundamentais, referindo também expressamente a aprovação de uma outra que apoia «a justa luta dos trabalhadores beneficiários das caixas de previdência de empresa e de actividade contra o Decreto-Lei n.º 784/75 de 31 de Dezembro».

Aqui ficam, portanto, os textos a que aludimos:

CONTROLO DA PREVIDÊNCIA

Proposta

considerando que:

O Controlo da Previdência deverá ser feito pela Comissão Sindical e na sua falta pela Comissão de Trabalhadores, ou ainda por comissões especificamente eleitas na empresa, para esse fim.

Propõe-se que as suas funções no imediato sejam:

1.ª) atender todos os assuntos postos pelos trabalhadores beneficiários da Previdência e relativos à Caixa respectiva;

b) apresentar periodicamente — uma vez por semana, por exemplo — esses casos (documentação, reclamações, etc.) nos serviços da Caixa e acompanhá-los até estarem resolvidos;

c) fiscalizar o pagamento das contribuições pela empresa, verificando também a cobertura de cheque, providenciando para que esse pagamento se efectue no espaço de tempo estabelecido por Lei, de forma a diminuir as dificuldades financeiras das Caixas;

d) reunir com as Comissões Administrativas da Caixa e com as Comissões de Controlo da Previdência das outras empresas — uma vez por mês, por exemplo — para troca de informações e sugestões sobre toda a vida da

Caixa e os seus problemas de forma a contribuir para que as Comissões Administrativas das Caixas, em geral, tendo em vista a transformação da Previdência no Seguro Social.

2. Numa fase mais avançada

a) as Comissões de Controlo da Previdência frequentarão cursos práticos e curtos sobre a Segurança Social;

b) organizarão na empresa — a) pagamento pontual e no local — a atribuição, processamento e pagamento dos benefícios imediatos (Abono de Família e prestações complementares e subsídios de doença), tirando-se as respectivas quantias do total das contribuições, sendo o saldo mensal enviado à Caixa.

Com o mandato de um ano e que só por razões comprovadas por um mau trabalho, prejudicando os trabalhadores, as Comissões podem ser afastadas das suas funções, propõe-se no nosso Distrito que, no imediato;

3. Em cada Sindicato deverá ser criado um Gabinete de Apoio aos trabalhadores das Empresas nos assuntos sobre Previdência;

4. Em cada Empresa deverão constituir-se Grupos de Dinamização dos assuntos de Previdência; Estes Grupos funcionarão em estreita ligação com os Gabinetes de Apoio dos Sindicatos e com os representantes dos trabalhadores utentes nas Comissões Administrativas das Caixas de Previdência.

5. Os representantes dos trabalhadores nas CA das Caixas, os Grupos de Dinamização das Empresas e os Gabinetes de Apoio dos Sindicatos, reunirão mensalmente para analisarem o funcionamento da Previdência, as suas deficiências e o seu controlo.

6. Daquela reunião conjunta deverão sair comissões que se encarregarão de controlar os Postos de Serviços-Médico-Sociais e fá-la-ão em colaboração estreita com as Comissões de Moradores locais.

7. O conjunto de elementos referidos em 3 organizações (C.A. das Caixas, Gabinete de Apoio dos Sindicatos, Grupos de Dinamização das Empresas) organizarão Plenários Gerais de Trabalhadores nas Empresas e Plenários Gerais Distritais.



8. Este esquema deverá ser posto em funcionamento a partir dos Gabinetes de Apoio dos Sindicatos.

A EXTINÇÃO DO C.C.P.

Perante a grave atitude do M.A.S. de extinguir arbitrariamente o Conselho Coordenador da Previdência e a sua comissão executiva — uma das grandes conquistas dos trabalhadores;

Perante a nomeação da comissão de estudo para a integração da Previdência no Estado sem a participação dos trabalhadores que, apesar de nomeada para apresentar o trabalho dentro de 60 dias — não o apresentou;

Perante a continua surdez em atender a vontade demonstrada pelos trabalhadores de todo o país e em centenas de moções aprovadas e enviadas ao M.A.S.

Os Representantes Sindicais e as Comissões de Trabalhadores, reunidas em plenário na União dos Sindicatos de Lisboa,

Responsabilizam o M.A.S. pelo total desprezo do que se encontra preceituado na Constituição da República (Art.º 63, §2).

«Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança Social unificado e descentralizado, de acordo com

a participação das Associações Sindicais e outras Organizações das Classes Trabalhadoras;

E exigem o respeito pela vontade manifestada pelos trabalhadores, a imediata revogação do despacho que extingue o CCP e a sua consequente entrada em funções.

OBSTRUÇÃO DO M.A.S.

MOÇÃO

Uma vez que a actual equipa ministerial do M.A.S. tem vindo a protelar sistematicamente a nomeação dos elementos indicados pelo Movimento Sindical, para as CA da Previdência;

Uma vez que desta forma a equipa ministerial pretende obstruir um direito dos Trabalhadores consignado na constituição — Art.º 63 §2 que diz: «Incumbe ao estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das Associações Sindicais e outras Organizações de Classe Trabalhadoras»;

Os representantes Sindicais e as Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa, reunidos hoje, dia 29 de Maio, em Plenário da União dos Sindicatos de Lisboa a protesto e a nomeação dos elementos indicados pelo Movimento Sindical, para as CA da Previdência;

dos trabalhadores na gestão de controlo da Previdência, exigindo imediata nomeação dos elementos sindicais já indicados à secretaria de Estado da Segurança Social.

REFORMA AGRÁRIA

Quando ao segundo ponto dos trabalhos a REFORMA AGRÁRIA, a nota dominante foi o apoio unânime e entusiástico dos presentes a essa importantíssima conquista dos trabalhadores. Melhor que o nosso relato, porém falamos os textos que a seguir registamos. Também aqui não nos é possível a publicação integral de todas as moções, mas pedimos para os que inserimos a cuidada atenção de todos. De facto, constituem documentos muito importantes, não só no plano da luta mas também como exemplo da solidariedade e unidade entre os trabalhadores.

1. Grande campanha de apoio à Reforma Agrária

a) Defender junto dos trabalhadores a criação de um forte Fundo de Apoio à Reforma Agrária — FARA, mediante a contribuição mensal de meio dia de trabalho ou outra regular, além de outras iniciativas;

b) organizar Jornadas de convívio e de trabalho especializado nos campos, assim como áreas de consumo colectivo (refeitórios,



cooperativas de consumo, etc.) em ligação com as organizações dos trabalhadores da terra.

c) formar nas fábricas, escritórios, bairros, escolas, sindicatos, Comissões de Apoio à Reforma Agrária — C.A.R.A. — que dinamizem plenários e assembleias gerais, assim como outras formas de apoio à Campanha.

2. Firme apoio às reclamações dos trabalhadores do campo, legalização das expropriações e das novas U.C.P.

a) imediata publicação dos diplomas de expropriação de todos os prédios já sob o controlo dos trabalhadores;

b) imediata publicação dos diplomas de reconhecimento oficial de todas as Unidades Colectivas de Produção com processo organizado;

c) rápida ultimação das expropriações dos grandes latifúndios ainda existentes consoante determinam as leis e em virtude da urgência em que se faça cessar o saque económico ali praticado, assim como para resolver convenientemente os problemas de desemprego e de instalações de pequenos agricultores;

d) repulsa de todas as tentativas estatais para interferir nas contas e na vida interna das U.C.P., inclusive com forças armadas, contra o disposto na lei (Decreto-lei 236-A/76).

Indemnizações a agrários expropriados

e) aplicação exacta do disposto no art.º 87.º da Constituição da República Portuguesa, que proíbe toda a indemnização a quem abandona terras e meios de produção do art.º 98.º da mesma Constituição, que impõe perda de bens e outras sanções contra os sabotadores da economia, inclusive agrários e com grandes dívidas; do Decreto-Lei n.º 236-A/76, que impede o pagamento das indemnizações pelos trabalhadores e remete as que tiverem lugar para o Estado e apenas em títulos;

f) condenação firme de todas as tentativas directas ou encobertas para atribuir créditos, indemnizações, mensalidades de antecipação a indemnizações e outras compensações e agrários sabotadores e opressores, tanto mais proveitosas quanto se recusam créditos aos trabalhadores das Herdades Colectivas e aos pequenos agricultores;

g) imediata restituição aos trabalhadores de todos os bens e contas ilegalmente entregues a agrários expropriados e opressores, e punição severa dos quadros estatais que têm cometido essas infracções a leis fundamentais e aos interesses dos trabalhadores.

Crédito

h) urgente abertura de créditos estatais suficientes,

ou seja para as U.C.P. seja para pequenos agricultores, a fim de satisfazer as prementes necessidades de fundo de maneio anual e as vitais exigências de compra de máquinas e gados e para a realização de obras.

Comercialização

i) rápida reestruturação dos circuitos comerciais, para eliminar a grave especulação dos grandes intermediários parasitas; firme repúdio das importações de trigo, carne, azeite e outras realizadas com grave prejuizo dos interesses do País e em especial dos trabalhadores da terra;

Garantia das colheitas e das riquezas do País

j) repulsa das negligências e sabotagens verificadas quanto à realização a tempo das obras nos armazéns e das compras de máquinas e ferramentas necessárias para recolher as extraordinárias searas produzidas pelos heróicos trabalhadores do campo; exigência de medidas de emergência para fornecer as máquinas e os armazéns necessários, assim como para prevenir contra a actividade criminosa de incendiários e bombistas, desde já muito demasiado à solta e impunes e que põe em causa a segurança das searas, dos gados e da riqueza florestal do País.

Regulamentação do trabalho rural

1. imediata publicação do diploma genérico e cumprimento rigoroso das Convenções e Portarias; severas sanções contra os infractores;

Leis de arrendamento rural de extinção dos foros e da restituição dos baldios

m) imediata aplicação prática destas leis fundamentais para o campesinato pobre do nosso País; sanções severas contra todas as infracções;

Previdência Rural

n) prioritário alargamento dos benefícios de Previdência social aos assalariados agrícolas, pequenos e médios agricultores — rendeiros ou pequenos proprietários;

Participação dos trabalhadores nas decisões

o) viva repulsa às sistemáticas infracções que estão a ser cometidas do Estado, a todos os níveis, tomando graves decisões nas costas dos trabalhadores e contra os seus interesses, sem os ouvir; exigência de que seja cumprida sem mais demora o disposto no Art.º 104.º da Constituição da República Portuguesa que determina a audição e a presença dos representantes qualificados dos trabalhadores em todos os organismos da Reforma Agrária.

Liisboa, 29 de Maio de 1976
Aprovado por Unanimidade e Aclamação.

GRANDE CAMPANHA DE FUNDOS DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Os trabalhadores da terra que lutam pela Reforma Agrária libertadora de séculos de exploração vêm enfrentando, por um lado, um devastador e sistemático saque económico, por outro, um violento desapoio em assistência técnica e financeira.

Vivamente impressionados com a heróica luta desses trabalhadores e dando mostras de elevada consciência de classe, milhares de trabalhadores das cidades, operários e empregados, estudantes e técnicos, vêm ocorrendo às necessidades mais urgentes, com a recolha de fundos e a realização, semana a semana, de esplêndidas jornadas de solidariedade: entregando máquinas, adubos e materiais de construção; participando com o seu trabalho no desbravar de terras e em outros trabalhos agrícolas; pondo em acção brigadas de apoio contabilístico e outro trabalho especializado; promovendo entusiásticos convívios de unidade entre trabalhadores da cidade e do campo.

Estas importantíssimas jornadas vêm dando grande alento e consciência tanto aos trabalhadores que recebem solidariedade material e moral como aos que a concedem. Tomaram-se um meio poderoso para vencer divisões provocadas pela reacção entre trabalhadores, em especial de trabalhadores do Norte contra os trabalhadores do Sul.

Nas muitas centenas de jornadas realizadas mobilizaram-se até agora muitos milhares de contos, descontados voluntariamente pelos trabalhadores dos seus ordenados.

Todavia este sacrificio, por mais longe que pudesse ser levado e não pode, nunca conseguirá suprir as gravíssimas, propositadas e violentas recusas de crédito aos trabalhadores manitidas por quem domina os recursos financeiros acumulados pelo Estado.

Tal sacrificio não pode ser levado muito longe e não é justo que o seja: os trabalhadores não podem substituir o Estado nem devem nas suas responsabilidades de conceder crédito às Unidades Colectivas e aos pequenos agricultores.

O dinheiro acumulado pelo Estado provém, em última análise, dos trabalhadores, portanto deve ser usado para apoiar os trabalhadores, não para continuar a encher os bolsos de grandes agrários e industriais expropriados ou por expropriar. Assim o exige o interesse de todos os trabalhadores, e é determinado pela mais elementar moral, assim como pelas leis fundamentais do País: art.º 81.º e art.º 102º da Constituição.

Enquanto os trabalhadores não dispuserem de uma área financeira autónoma e os recursos financeiros estiverem monopolizados em mãos reacçãoárias, a acção somente reclamativa dos trabalhadores toma-se muito demorada e desgastante, em especial para trabalhadores dos campos que têm todos os dias uma árdua labuta nas terras e para os quais é grande sobrecarga deslocar-se sucessivas vezes a departamentos estatais que ficam longe e são em geral hostis.

A hostilidade crescente do aparelho estatal ao processo revolucionário conduzido pelos trabalhadores, em especial os responsáveis pelo sector financeiro, demonstra que é indispensável e urgente que se dê sem mais demora um importante passo em frente nas formas e nos meios de acção ao dispor dos trabalhadores para fazer avançar o processo económico, quer a reacção queira ou não.

Já o grande Plenário Nacional dos Sindicatos portugueses, realizado em Beja, em 9 de Abril, concluiu que era imperioso criar um forte Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F.A.R.A.), controlado pelos trabalhadores.

A constituição deste Fundo representará mais um sacrificio para centenas de milhares de trabalhadores, mas apenas durante mais uns poucos meses: contribuições normais sobre os ordenados, contribuições extraordinárias.

Uma vez constituído o F.A.R.A., num montante global que tenha força, ele tomar-se-á uma alavanca de grande poder nas mãos dos trabalhadores.

Este Fundo não se destina a substituir o Estado nas suas responsabilidades de conceder créditos aos trabalhadores. Ao contrário: será exactamente um dos meios mais potentes para forçar o Estado a cumprir as suas obrigações.

Na verdade, o F.A.R.A. só adiantará empréstimos, sempre sem juros, a trabalhadores que tenham apresentado as suas requisições de crédito nos Centros Regionais da Reforma Agrária ou outras entidades competentes. Uma cópia desta requisição terá de dar entrada na sede central do F.A.R.A. em Lisboa, através da organização distrital de classe (Sindicato, Liga, etc.). Os casos prioritários serão considerados e far-se-á adiantamentos, só se houver entraves e demoras na concessão de créditos pela via estatal.

Diariamente, dar-se-á ampla informação de entradas e saídas do Fundo, assim como de todos os casos concretos de atraso dos órgãos estatais na concessão do crédito solicitado pelos trabalhadores e adiantando pelo F.A.R.A. para que não fiquem embargados o equipamento, as obras, a compra de gados, a produção dos campos; e os fornecimentos dos sectores industriais e comerciais.

Ao mesmo tempo serão dadas informações dos apoios financeiros desviados para agrários e outros grandes capitalistas.

A luta organizada de todos os trabalhadores fará com que os órgãos estatais cumpram os seus deveres quanto aos créditos a quem trabalha e produz toda a riqueza.

Consequindo o crédito estatal, as verbas adiantadas pelo Fundo dos trabalhadores voltarão a este Fundo. Assim, o F.A.R.A. é um fundo sempre recuperável e por isso mesmo com poder de acção constante e oportuno, onde mais se faça sentir a sua necessidade: no Norte e no Sul.

Em todas as iniciativas realizadas pelo Fundo haverá organização de jornadas de convívio e solidariedade, para inauguração de obras, celebrar entregas de gados e máquinas, etc.

O Fundo de Apoio à Reforma Agrária será um instrumento de grande poder para impulsionar todo o processo económico e todo o processo revolucionário conduzido pelos trabalhadores portugueses, a caminho da sociedade sem classes exploradoras.

Em frente, por um poderoso Fundo de Apoio à Reforma Agrária!

Operários e Camponeses, UNIDOS VENCEREMOS!
29/5/76



PÔR O INATEL AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



Por iniciativa do Gabinete de Informação e Relações Públicas do INATEL, e partir dos encontros bilaterais com os Sindicatos e outras organizações da classe trabalhadora, entre as quais as Comissões de Trabalhadores, o INATEL pretende concretizar essa orientação numa estreita cooperação com os representantes dessas organizações.

Era também objectivo do INATEL transformar esses encontros bilaterais em encontros globais. E assim, numa primeira etapa, e com a preocupação duma maior eficácia, realizou-se, em 20 de Maio passado, pelas 10 horas, na Sala da Biblioteca da sede do INATEL, à Calçada de Santana, uma primeira reunião, que contou com a presença dos seguintes elementos:

Pelo INATEL: Rogério Paulo, Guedes Lebra e Chambel, da Comissão Administrativa; Manuel Oliveira, Secretário-Geral Adjunto; Sousa Santos, do Departamento de Actividades Desportivas; Benjamin Marques, Rui Santos e Alexandre Sousa, do Departamento de Animação Cultural; Jaime Landim, do Departamento de Refeitórios e Férias; Lopes da Silva, do Departamento de Turismo Social; e Victor Carvalho, Madeira Claudino, António de Barros, Graça Baião e Henrique Gregório, do Gabinete de Informação e relações Públicas.

— Pelos Sindicatos: David Carvalho e José Ernesto, pelo dos Metalúrgicos; Ilda Rosa, Mário Ribeiro e Edmundo, pelo dos Ferroviários do Centro; Tavares, pelo dos Rodoviários; Soares, Rui Santos e Dov Goldrajch, pelo dos Bancários; João Alegria, Sequeira e Florindo Martinho, pelo dos Transportes Urbanos de Lisboa; Guerra, pelo dos Electricistas do Sul; Mário Tavares e Carlos Oliveira, pelo dos Têxteis; Romão e Silvino Santos, pelo dos Telefonistas; Francisco Tomé, pelo da Construção Civil e Raul Cascais, pelo da Função Pública.

— Pela Intersindical Nacional: Rosas.

— Pela CRARA: João Rodrigues.

— Pelo GITUS: Fernando de Castro e Caldeira.

— Pela Comissão de Trabalhadores da LISNAVE: Carlos Gomes e João Correia.

— Pela Comissão de Trabalhadores da COMETINA: Laurentino Santos e Carlos Alberto.

Apresentada a «Ordem de Trabalhos», a mesma foi aprovada. Era do seguinte teor:

1.º — Balanço da Colaboração INATEL-SINDICATOS.
2.º — Estudo de um plano conjunto de colaboração futura.
3.º — Diversos.

Como nota interessante, antes do início desta reunião foram distribuídos à entrada da sala a todos os participantes, emblemas e listas dactilografadas do património actual do INATEL.

salientado que este primeiro Encontro com alguns Sindicatos se insere num esforço, que se pretende venha a ser muito mais vasto, para o reforço e o estreitamento de relações entre o INATEL e as Organizações de Trabalhadores, com a finalidade essencial de colocar, na realidade, o INATEL totalmente ao serviço daqueles para quem foi criado.

Houve, a seguir, intervenções de alguns presentes, entre as quais a de Rogério Paulo que salientou a urgente necessidade duma mais estreita colaboração INATEL/SINDICATOS, assim como a da realização, com maior frequência e regularidade, de encontros desta natureza.

Finda estas curtas intervenções, passou-se à apreciação e discussão do 1.º Ponto da «Ordem de Trabalhos»:

BALANÇO DA COLABORAÇÃO INATEL/SINDICATOS

A discussão sobre este importante problema serviu de base a numerosas intervenções dos camaradas que ali representavam as diversas organizações de trabalhadores. A reestruturação do INATEL, a necessidade de mobilizar e de sensibilizar os trabalhadores para que este Instituto venha a ser, na realidade, a organização responsável à altura de responder eficientemente às necessidades dos trabalhadores, no que se refere ao mais útil aproveitamento dos tempos livres, e em estreita ligação com as suas organizações de classe, foi o tema central de toda a discussão, acalorada e útil, que se seguiu, durante as largas horas dessa primeira jornada de trabalho. E todo esse esforço e participação de enorme número de camaradas presentes teve sempre, por finalidade, de ajudar a encontrar o melhor caminho para que se possa pôr, em termos de real utilidade, o INATEL totalmente ao serviço dos trabalhadores.

Houve, também, durante essas acaloradas discussões, referências à penicilosa situação de retornados nos Centros de Férias do INATEL, com evidente prejuízo para os

trabalhadores poderem desfrutar netes as suas férias, tendo sido acentuada a premente necessidade de uma tomada de posição conjunta perante o Governo, afim de se procurar a solução deste grave problema, sem se descurar a procura solidária e humana duma solução para esses mesmos retornados.

Fez-se um balanço geral ao problema da Animação Cultural e à colaboração prestada por este Departamento do INATEL a várias organizações de trabalhadores, tendo-se acentuado a impossibilidade de dar uma maior expansão a esta colaboração pela escassez de meios materiais e financeiros que, forçosamente, coartam o necessário e imperioso desenvolvimento cultural de que carecem as classes trabalhadoras.

No campo das actividades desportivas e do campismo, têm-se verificado uma grande insuficiência e falta de iniciativas, tanto da parte das organizações dos trabalhadores, como da impossibilidade do INATEL poder suprir essas insuficiências, pela carência de meios materiais para isso.

Vários outros assuntos foram abordados por vários dos representantes presentes das organizações de trabalhadores, todos eles de grande interesse e actualidade para o reforço da colaboração INATEL/SINDICATOS, com a finalidade de se poderem pôr,

ao serviço dos trabalhadores, meios muito mais numerosos e eficazes para os servirem nas suas prementes necessidades, tanto no que se refere a férias, como à cultura (teatro, cinema, bibliotecas, etc.), ao desporto, à alfabetização, assim como à necessidade de uma estreita colaboração com os problemas da Reforma Agrária, no que se refere ao abastecimento das cantinas e refeitórios a cargo do INATEL. Este último problema levou um dos responsáveis do INATEL a exemplificar as dificuldades que este Instituto tem tido nesse campo, referenciando os casos do refeitório da Batalha, no Porto, e no Hotel de Vila do Conde.

Rogério Paulo levantou, então, o problema das dívidas de alguns Sindicatos para com o INATEL, dívidas que ascendem a uma considerável soma e que, uma vez pagas, poderiam ajudar a resolver algumas questões de fundo com que o INATEL se debate.

Também o Turismo Social foi tema de várias intervenções, tendo o responsável por esse Departamento feito uma síntese das excursões já efectuadas a países socialistas, afirmando que essa experiência teve excelente resultado.

Pronunciou-se sobre a necessidade de infraestruturas para o prosseguimento desse excelente intercâmbio — caso do Centro de Férias da Foz do Arelho. Explicou,

também, que a não isenção de franquia postal no envio dos Programas de Turismo passou a dificultar enormemente este serviço e, conseqüentemente, a expansão dessa necessária actividade.

Sobre este mesmo assunto, interveio um dos representantes do GITUS, salientando a existência de estruturas paralelas neste âmbito, segundo lhe parece, como sejam os casos do GITUS e do Turismo Social do INATEL.

Esta jornada foi toda ela preenchida com a apreciação e a discussão do primeiro ponto da «Ordem de Trabalhos», pelo que ficou marcada a continuação deste primeiro Encontro para a semana seguinte.

De facto, na passada quinta-feira, 27 de Maio, prosseguiram os trabalhos deste Encontro, no mesmo local, com começo às 10 horas. Estavam presentes representantes das mesmas organizações da semana anterior, assim como o representante da União dos Sindicatos de Lisboa, Manuel Coelho.

Entrou-se, de seguida, no 2.º ponto da «Ordem de Trabalhos»:

A QUESTÃO DOS RETORNADOS

Debateu-se, durante largo tempo, a questão da ocupação dos Centros



de To
repre
que
mis
trat
repre
dos
uma
pre
um
aug
P
a m
um
Tel
vot
E
pre
um
que
ess
E
acc
e s
prin
da
a pos
pre
a t
org
dis
do
Cor
Ge
que
bata
occ
INA
F
per
occ
em
de
e
trat
sua
um
est
est
act
na
pre
C
Roc
se
pre
ret
traf
féri
per
por
que
tra



de Férias INATEL por retornados. Todos constatam que isso representa grossas dificuldades para que o INATEL possa cumprir a sua missão de proporcionar férias aos trabalhadores. Sobre este assunto, o representante da Comissão Sindical dos Trabalhadores da Lisnave fez uma proposta do seguinte teor:

Propõe-se que as organizações presentes a este Encontro façam um comunicado e peçam audiência ao Governo.

Posta à discussão e à aprovação, a mesma foi aprovada, com, apenas, um voto contra (Sindicato dos Telefonistas), com declaração de voto.

Houve, seguidamente, uma outra proposta, que pedia a constituição de uma Comissão de quatro pessoas que se pudessem encarregar de redigir esse Comunicado.

Entretanto, vários camaradas acentuaram a necessidade de que esse Comunicado fosse primeiramente às bases, onde seria dado aos trabalhadores a possibilidade de o conhecerem previamente e o discutirem, isto através das respectivas organizações. E só depois de discutido e aprovado pelas bases dos trabalhadores, esse Comunicado deveria ser levado ao Governo, pela comissão nomeada, que o entregaria pessoalmente e se bateria pela solução do problema da ocupação dos Centros de Férias INATEL pelos retornados.

Pôs-se em relevo o facto, bastante pernicioso, de 3000 retornados ocuparem esses Centros de Férias, em permanência, impossibilitando, dessa maneira, que 40000 trabalhadores possam desfrutar as suas férias normais neles. Isto é um assunto muito sério e que merece urgente solução, porque estamos já em fins de Maio, pois está-se a prejudicar a justa actividade do INATEL, a nível nacional — afirmou um dos presentes.

O representante do Sindicato dos Rodoviários quis acentuar que não se pretende, com isto, atacar ou prejudicar de maneira alguma os retornados, a maior parte deles trabalhadores também, mas sim de defender os reais interesses dos trabalhadores, mercedores de férias como toda a gente. Defendeu a permuta de visitas entre operários portugueses e estrangeiros, visto que são os próprios Sindicatos que querem esse intercâmbio com trabalhadores de outros países.

«Temos de dar-lhes alguma coisa, pelo muito que eles nos dão», afirmou.

O amigo do Sindicato da Construção Civil sugere que se faça uma grande campanha de esclarecimento junto dos trabalhadores do que é o que pretende o INATEL. «Porque — afirmou — estou convencido que a grande maioria dos trabalhadores não sabe ainda o que é para que serve o INATEL».

Um dos delegados do Sindicato dos Ferroviários do Centro propôs uma adenda ao Comunicado que se iria fazer, nos seguintes termos:

«Propomos como adenda à proposta inicial, que se elabore um documento que funcionaria como Comunicado-tipo a juntar à moção, que seria distribuído a todos os Sindicatos, os quais o deveriam divulgar massivamente pelos seus associados.

O objectivo desse comunicado seria o de informar e mobilizar os trabalhadores em relação ao INATEL (suas finalidades, etc), para que o aproveitamento da Moção sobre o problema da ocupação dos Centros de Férias pelos retornados não apareça desligado das restantes realidades do INATEL».

Esta adenda foi aprovada por unanimidade.

A seguir propôs-se a constituição da Comissão de Redacção da Proposta e do Comunicado e da audiência ao Governo, com a representação das seguintes organizações:

Dois elementos do INATEL: Jaime Landim e Guedes Lebre.

Um elemento da Interindustrial Nacional.

Um elemento do Sindicato dos Ferroviários do Centro.

Um elemento de uma Comissão de Trabalhadores.

Esta proposta foi aprovada, com uma abstenção (Sindicato dos Telefonistas).

COLABORAÇÃO FUTURA INATEL/SINDICATOS

Verificou-se, a seguir, que o representante do Sindicato dos Rodoviários apresentou uma sugestão para que seja organizado um Encontro Nacional de Sindicatos, aderentes e não aderentes à

Interindustrial Nacional, assim como de Comissões de Trabalhadores, sem qualquer distinção, com o INATEL, a fim de se discutirem os importantes problemas que representam para o INATEL as necessidades de darem satisfação às classes trabalhadoras no que diz respeito ao aproveitamento dos tempos livres. E que esse Encontro Nacional fosse, na sua convocação e organização, da responsabilidade conjunta do INATEL e da Interindustrial Nacional.

Segundo o parecer de diversos intervenientes, torna-se necessário e urgente que se estude um projecto de reestruturação do INATEL, de maneira a poder-se dar-lhe uma maior capacidade operacional, servir mais eficazmente os interesses dos trabalhadores. E que nesse projecto de reestruturação e Estatutos, não sejam esquecidos os que, depois duma longa vida de trabalho, estão agora «catalogados» como «membros da terceira idade».

Foi, depois, transformada a

por unanimidade).

— Que sejam convidadas para esse Encontro as Comissões de Trabalhadores (aprovado por unanimidade).

— Que essas Comissões de Trabalhadores tenham direito à discussão, mas sem direito de voto (aprovado por 8 contra 4 votos).

Entrou-se, a seguir, no vasto campo dos problemas da cultura. Falou-se das facilidades e das grandes dificuldades de se fazer chegar a cultura junto das massas trabalhadoras, especialmente o teatro, tendo Rogério Paulo esplanado as razões que o levam a não estar de acordo com espectáculos gratuitos. Afirmou que é preciso que sejam as próprias organizações de massa a mobilizarem os seus aderentes para as mais variadas manifestações culturais. E que essa forma de acção cultural dos trabalhadores pode ser ajudada pelo INATEL, apesar dos limitados recursos. Mas que não é justo, nem compreensível,

Foi distribuído, pelos presentes, um Programa, organizado pelo Gabinete de Propaganda do INATEL referente à peça «Os Amantes Pueris», que o grupo «Teatro Hoje» leva a efeito, de 29 de Maio a 13 de Junho, no teatro da Trindade. Estes espectáculos têm, nos seus preços de entrada, 50% de desconto para todos os lugares, para os sócios do INATEL, CCD, CPT e Sindicatos.

Ainda sobre exibição de filmes, foi informado que se têm feito sessões de 35 m/m na região de Lisboa, seguidas de debate, o que, em certa medida, têm constituído um êxito.

Quanto ao teatro amador, o INATEL tem-no apoiado desde sempre. E agora com a colaboração directa de dois animadores, que vão localmente ver e ajudar a resolver os problemas que normalmente aparecem nessas organizações locais. Assiste-se, com grande satisfação, à iniciativa de vários Sindicatos, que criam o seu próprio grupo teatral, como é, neste momento, o caso do Sindicato dos Bancários.

Intensificam-se as tentativas de cursos de formação para animadores, que vão assistir aos seus colegas e a companhias profissionais de teatro, tanto no que se refere à técnica e movimento dos actores, como à parte eléctrica, etc. Falou-se que em cada Sindicato, em cada empresa, se deve tentar a organização de agrupamentos teatrais, corais ou outros, criando-se para isso secções, ou havendo pessoas responsáveis por tais iniciativas. O INATEL está em condições de proporcionar estágios de formação a esse interessados, em cada local ou em cada organização.

Foi lida, por fim, a Moção, assim como o Comunicado-tipo que a deve acompanhar no envio para os Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, onde serão objecto de análise, discussão e aprovação; depois de várias intervenções, esses documentos foram objecto de pequenas rectificações, sendo finalmente aprovados, apenas com uma abstenção (Sindicato dos Telefonistas).

Cos para além da hora prevista e aceita para terminar esta sessão havia ainda por tratar o ponto 3.º da «Ordem de Trabalhos»: DIVERSOS, pelo que os presentes decidiram prolongar essa sessão, a fim de se dar cabal cumprimento à «Ordem de Trabalhos» inicialmente aprovada.

O representante sindical de Setúbal disse que o INATEL tem, esplanado por todo o País, 22 delegações, à frente das quais se encontram três sindicalistas por cada delegação. Lamentou que, durante todo esse tempo, essas delegações só tivessem tido uma reunião com o Conselho de Administração quando, a seu ver, havia urgente necessidade de se tornarem muito mais frequentes essas reuniões. Isto porque, desta maneira, os responsáveis de cada delegação do INATEL esplanadas pelo País ficariam tendo muito mais de perto conhecimento dos problemas relacionados com a vida deste Instituto, e assim, mais aptos a poderem colaborar e ajudar a solucionar certos problemas. «Esses responsáveis das delegações INATEL têm de ter um conhecimento largo de tudo o que se está aqui a passar», afirmou, por fim.

Houve ainda diversas outras intervenções, entre as quais as dos delegados do Sindicato Função Pública e dos Rodoviários, tendo-se chegado ao fim deste Encontro muito tempo depois da hora previamente estabelecida por todos os presentes. Uma certeza nos ficou: é que por o INATEL a actividade dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores.



sugestão do representante do Sindicato dos Rodoviários em proposta, com a condição da mesma ser discutida e votada ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

— Que o Encontro Nacional venha a ser preparado e organizado pelo INATEL e pela Interindustrial Nacional (aprovado, com dois votos contra: os dos Sindicatos dos Bancários e dos Telefonistas).

Que sejam convocados todos os Sindicatos, estejam ou não inscritos na Interindustrial Nacional (aprovado

esperar-se que seja apenas o INATEL a resolver todos os problemas da cultura do povo. A responsabilidade e o dever de ajudar a cultura do povo cabe inteiramente ao Governo, é um dever fundamentalmente do Governo. É evidente que da parte do INATEL tudo se tem feito para que o povo, os trabalhadores, não continue marginalizados da cultura, a que os governantes o têm votado. Mas os limitados recursos materiais e financeiros do INATEL a mais não têm permitido. Respondendo a um pedido de ajuda para alfabetização formulado pelo camarada do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil onde, segundo afirmou, há 60% de analfabetos entre os trabalhadores dessa profissão, Rogério Paulo disse que a única solução para esse caso dos amigos da Construção Civil seria o Sindicato organizar um projecto concreto sobre o que pretende nesse sentido. E só depois, sim, o INATEL estaria em condições de poder estudar devidamente o assunto e dar uma ajuda nesse sentido, mesmo com a colaboração directa de professor.

Falou-se da necessidade/possibilidade de se poderem conseguir filmes que pudessem ser exibidos nos próprios locais de trabalho. Mas para isso constataram-se dificuldades que, não sendo insuperáveis, são, contudo, motivo em certa medida impeditivos para a efectivação de sessões nas fábricas. Chegou-se à conclusão que muitas dessas dificuldades podem e devem ser vencidas com a colaboração de cada Sindicato. No respeitante à organização de bibliotecas, o INATEL está em condições de ajudar numa larga escala, tanto na escolha, aquisição de livros com grandes descontos e facilidades de pagamento, os Sindicatos que queiram possuir a sua biblioteca.



agrária

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO E CONSUMO «UNIDADE DOS TRABALHADORES»



É na unidade que os trabalhadores avançam! E avançam com firmeza e determinação. Até à arraia de Espanha.

De Norte a Sul de Portugal: demonstram-no as Estatísticas oficiais!

Também no concelho de Campo Maior, no distrito de Portalegre, a unidade dos trabalhadores é uma realidade.

Neste concelho, cerca de 8 mil hectares constituem a Cooperativa Agrícola de Produção e de Consumo «Unidade dos Trabalhadores».

Aí, numa área que abrange praticamente todo o concelho de Campo Maior, as terras são tratadas por cerca de 600 homens e mulheres.

Em espírito de unidade, para a prossecução de um fim, comum a todo o Povo português: avançar, rumo ao Socialismo.

Depois do «25 de Abril» (para já não falarmos no período que o antecedeu), no concelho de Campo Maior, os grandes agrários, atemorados com as conquistas fundamentais dos trabalhadores do campo, (e entre elas, a Lei da Reforma Agrária), iniciaram um processo de despedimentos colectivos e arbitrários.

Só até meados desse ano, mais de 200 trabalhadores agrícolas foram despedidos, sem outro argumento que não fosse o «direito que os agrários tinham, de pôr à dispor das suas terras e das gentes que nelas

trabalhavam»...

As várias herdades que hoje integram a «Unidade dos Trabalhadores», incluindo uma unidade produtora de azeite, na sua grande parte, estavam abandonadas, subaproveitadas.

«O lagar funcionava durante 15 dias ou um mês, para, durante o resto do ano estar parado. As terras, era vê-las, pois, metiam dó. Só aquelas que eram consideradas melhores pelos agrários, é que eram cultivadas. O resto... tudo abandonado» — afirmou-nos um elemento da Comissão Directiva da Cooperativa.

associação de produtores de «antes do 25 de Abril»...

Até 4 de Dezembro de 1975, data que marca a legalização da Cooperativa Agrícola «Unidade dos Trabalhadores», fez-se sentir numa forma extremamente dura, o boicote económico dos agrários.

Desde o gado que, maldosamente, retiravam das herdades, deixando-o a morrer à fome, até ao que, ilegalmente, fizeram atravessar a fronteira com Espanha (com connivência das autoridades), passando pelo abandono a que votaram as terras e as pessoas que nelas trabalhavam (os despedimentos), tudo tentaram de modo a impedir o prosseguimento do processo histórico que é a Reforma Agrária, em Portugal.

Depois, bem... depois foi assistir àquilo a que nos habituaram os trabalhadores agrícolas, desde que tomaram nas suas mãos a responsabilidade da condução do processo da Reforma Agrária: produzir, produzir, produzir...

Antes de mais, havia que reorganizar e até organizar, o que os agrários destruíram, desviaram (roubaram) ou não fizeram nunca.

A responder pela Cooperativa, eleitos pelos seus camaradas, em Plenário realizado em Março de 1976, são sete os trabalhadores:

- José Borrega
- António Serrano
- Mateus Guerreiro
- Francisco Borrica
- João Cosme
- António Aarhá
- António Farinha

Eles constituem a Comissão Directiva da «Unidade dos Trabalhadores». E são eles que nos dizem: «Somos nós, os trabalhadores que fazemos e mantemos impecável, a contabilidade da Cooperativa. E podemos garantir que não há buracos! Venha quem vier...»

Como substituir os gados e as máquinas, como semear as terras há tantos anos incultas, como reaver os 3 mil contos em tubos, bombas e auto-bombas de rega por aspersão, desviados pelos agrários?

Como?

Pois bem, na organização e na unidade!

Qual foi o trabalho realizado por estes camaradas de Campo Maior? Assim, ainda com recurso ao Crédito Agrícola de Emergência (que se finou praticamente a partir do «25 de Novembro»), conseguiram adquirir 5 tractores, 1 grade de discos, 2 escarificadoras, 3 reboques e 1 ceifeira debulhadora.

Os vários latifundiários (não esquecer que a Cooperativa engloba 18 herdades) o pouco que deixaram, não ultrapassava, em gado, as 1000 ovelhas, 500 vacas alentejanas e 38 porcas criadeiras!

A produção pecuária conforme a vimos, gorda e saudável, aumentou substancialmente. Vamos a números, camaradas?

- 250 porcas criadeiras
- 728 vacas alentejanas
- 1500 ovelhas
- 20 carneiros puros (que já compraram, mas de que aguardam a chegada)
- 40 porcas marrãs (esperam a

Por volta de 20 de Agosto de 1975, um grupo de trabalhadores inicia o processo de ocupação de algumas das herdades, abandonadas e/ou subaproveitadas pelos seus antigos proprietários: os latifundiários. Por essa altura, o lagar de azeite, que era explorado pela família Fernando Pereira, mais 4 sócios, funcionava parcialmente, empregando U M TRABALHADOR.

Outras terras, que fazem parte da Cooperativa, foram entregues aos trabalhadores, depois daquela data, já nacionalizadas, por estarem abrangidas no Perímetro de Rega do Alentejo (Caia).

Já em Novembro de 1975, época em que a azeitona deveria ser transformada em azeite, os grandes agrários do concelho de Campo Maior, tinham «determinado» que esta transformação se devia processar na «União Industrial Campo Maiorense». Isto significava, objectivamente, um boicote à produção de azeitona existente em terras que, na altura, já estavam nas mãos dos trabalhadores, pois a dita «União» não é mais do que uma





chegada de mais 40)
4 touros: 2 leiteiras e 2 charolezes

Para além disto, fez-se uma recria de porcos, para abastecimento da população.

Um pequeno parêntesis, para relatar um caso de boicote, relativo ao gado, aos trabalhadores, à Reforma Agrária, à economia nacional, à Constituição da República Portuguesa.

O gado constitui riqueza nacional. Como tal deve ser protegido e tratado. Os trabalhadores agrícolas fazem-no. Tantas e tantas vezes tiram, para os animais, o que lhes era destinado.

O mesmo espírito não anima os VETERINÁRIOS de Campo Maior.

O gado adoece. Os trabalhadores da Cooperativa dirigem-se à Comissão Regional da Reforma Agrária. Resposta: **Não há veterinários!**

Por outra parte, os veterinários municipais já se reuniram para determinar uma TAXA ALTISSIMA para as Cooperativas...

Dizem-nos: **Eles são agrários e estão com a CAP!**

Quando é que o Governo, ao menos, cumpre o que está consignado em defesa da Reforma Agrária?

Mas, salvo graves maleitas, o gado não morrerá. Há amigos dos trabalhadores, da Reforma Agrária, do Povo a que pertencem.

Mas continuemos.
Em todo o concelho de Campo Maior, verificou-se, este ano, um aumento de sementeiras, na ordem dos quase 50%, que correspondem, ao fim e ao cabo, à área da Cooperativa.

Deste modo que a uma propriedade que no ano transacto foi semeada com 23 sacos de trigo, este ano tenha uma sementeira de 217 sacos.

De cevada, recolher-se-á o produto de mais de 80 sacos de semente, mais 100 de forragem (pastagem); com tomate, estão cheios mais 25 hectares, para além de cerca de 20 hectares de prado, para pastagem das vacas.

Mas se se semeou trigo, cevada e tomate, também as

outras culturas não foram menosprezadas.

Na «Unidade dos Trabalhadores» vão-se recolher batatas, milho, aveia, girassol, melões, grão, azeitona verde (para conserva), azeitona (para azeite); a vinha e os queijos também lá se produzem.

A dificuldade está, neste momento, em arranjar lugar para toda esta produtividade, quer de gados quer de cereais.

Especialmente, rio caso dos cereais, dizem-nos: «Se o Governo tivesse auxiliado, como se impunha, as Cooperativas ou as Unidades Colectivas de Produção, teríamos já, locais adequados para armazenar as colheitas. Assim, não temos capacidade de armazenamento, para tamanha produção. E, de certeza absoluta, que a culpa não foi dos trabalhadores. Perguntem lá ao Ministro do Comércio Interno, ou ao Instituto dos Cereais: eles devem saber responder...»

A «Unidade dos Trabalhadores» é, também, uma Cooperativa de Consumo. Por um lado, para que se faça o escoamento dos produtos, evitando a presença, no circuito, dos intermediários exploradores e parasitas. Por outro lado, como forma de beneficiar a população de Campo Maior, permitindo-lhe



os 180\$00...
Todas as outras variedades de carne são vendidas por menos 10\$00 por quilograma.

Quanto ao azeite, que se fabrica na Cooperativa, no lugar que já referimos, os preços praticados na sua venda, desmentem, totalmente as atoardas do sr. ministro Magalhães Mota.

Com efeito, na «Unidade dos Trabalhadores», foram

no campo da produção agrícola, também o sector de comercialização dos produtos, se ressentem da falta de meios económicos para investir em novas e melhores instalações.

Com já foi referido, o Crédito Agrícola de Emergência, não contempla outras dificuldades que não sejam as salariais.

Como o poderão estes camaradas e tantos outros, construir armazéns, instalações

salários, ou seja, qualquer falha na atribuição do Crédito Agrícola de Emergência. E preciso dizer que os salários têm sido sempre pagos, conforme o estipulado no CCT; todos nós, os trabalhadores desta Cooperativa, estamos sindicalizados...»

«Nem só de pão vive o homem» — costuma dizer-se. Pois, os nossos amigos do Alto Alentejo, não fogem à regra. Também se sustentam da solidariedade que lhes vem sendo oferecida, revolucionariamente, por camaradas que trabalham noutros sectores profissionais.

Já neste ano, durante a campanha da azeitona, entre Janeiro e Fevereiro, operários, estudantes progressistas, trabalhadores dos serviços, ofereceram gratuitamente os seus braços para a prossecução da tarefa comum: engrandecer o País, fazê-lo produzir, transformá-lo numa sociedade humana, fraternal, justa, socialista.

E continuá-lo!
Agora, só se prevavém, fundamentalmente, contra duas adversidades: por um lado, as tentativas reaccionárias de destruir, pelo fogo, as imensas searas. Contra isso estão alertas.

«Todas as noites, fazemos, rotativamente, piquetes de segurança, nos campos. E a nossa certeza é esta: a Reforma Agrária, não vulta para trás, ainda que isso custe a vida a alguns de nós!»

«Por outro lado, se o Estado não nos pagar o trigo que temos que entregar na Federação Nacional dos Produtos de Trigo, como poderemos fazer face às despesas de investimento na Cooperativa, os necessários melhoramentos; como poderemos pagar os salários; MAS QUEM FARA, ENTÃO, AS PRÓXIMAS SEMEITEIRAS?»

E, a finalizar, acrescentam os camaradas da Cooperativa Agrícola de Produção e de Consumo «Unidade dos Trabalhadores»:

«Fora a injustiça que representaria esse dinheiro ir parar, eventualmente, como indemnização, às mãos dos grandes agrários...»

NÃO TEMOS CAPACIDADE DE ARMazenamento PARA TAMANHA PRODUÇÃO

a aquisição de produtos melhores e a preços mais baixos.

Dois exemplos significativos (porque para já são os produtos vendidos em maior quantidade), situam-se na CARNE e no AZEITE.

Aquela, que é vendida num talho da Cooperativa, vende o lombo a preços que oscilam entre 120\$00 e os 140\$00, enquanto no comércio os preços variam, como se sabe entre os 170\$00 e

produzidos, este ano (o que foi excepcional), cerca de 400 mil litros.

O preço por litro, avulso, é de 51\$50!

Estão a ser comercializadas, através da CRA (Cooperativa Reforma Agrária), e não só, latas de azeite, com capacidade para 4 litros, ao preço de 220\$00 (1,5 de acidez) e de 226\$00 (com 1 grau de acidez).

A semelhança do que sucede

para o gado e máquinas? Como poderão, sem esse auxílio (que lhes é devido) pensar na construção de um supermercado, de um salão de convívio e desportos, numa creche?

«Todo o dinheiro que realizamos, é investido em máquinas, em gado, em instalações. Só guardamos um pouco no Banco, para salvaguardar qualquer falha nos





EMIGRAÇÃO: UM ANO DE RACISMO

Em números anteriores falamos das discriminações e arbitrariedades morais, económicas, políticas e culturais a que estão sujeitos os trabalhadores emigrantes, nos países que os recebem.

Hoje, focaremos o Racismo sofrido pelos trabalhadores estrangeiros em terras de França.

Os testemunhos vivos que relatam a maneira como esse racismo se manifesta são bastos e variados. Da simples frase "Vai para o teu país", à obrigação de viver nos "bidonville", aos salários mais baixos, aos entraves à sindicalização, até ao próximo assassinio, tudo serve para tornar, ainda mais dura, a vida dos emigrantes. Uma trabalhadora portuguesa, emigrante em França, diz-nos: "Quando vim de Portugal fui obrigada a viver no "Bidonville" com dois filhos e meu marido. Devo dizer-lhes que em seis anos esperava todos os dias a resposta da Câmara para mudar para uma casa em condições, o que aconteceu só depois de seis anos. Para encontrar trabalho os problemas eram muitos. Depois de ter trabalho, que era sempre o mais pesado, mais sujo e mais mal pago, os problemas continuaram. Já nem falo nos meus filhos, porque estaria todo o dia a contar tudo o que nos acontece. Por exemplo, quando mudei de casa, os meus filhos estiveram sem escola um mês e meio, porque não havia vaga nas escolas para os portugueses".

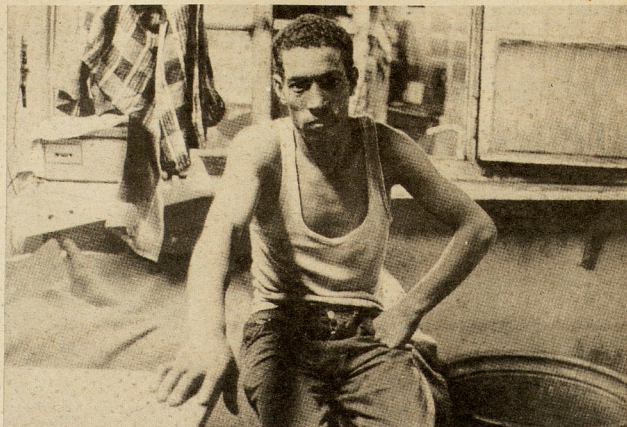
Mas os testemunhos não ficam por aqui. Um outro trabalhador conta: "Eu já vi e ouvi mesmo dizerem para ir para o meu país. Acho isso um insulto, ou seja racismo. As condições de alojamento são péssimas, como todos sabem. Com os camaradas, aqui há alguns que não nos podem ver, mesmo no trabalho. O trabalho é sempre o mais ruim, para nós, estrangeiros. E já me disseram que se não estivesse bem, que partisse. Quanto a mim, não temos os mesmos direitos que os franceses".

Os próprios trabalhadores franceses são contra o racismo praticado na pessoa dos trabalhadores emigrantes. Uma carta: "Nenhuma discriminação deve ser exercida contra os emigrantes residentes em França, qualquer que seja a sua raça. O respeito deve ser exigido por estes estrangeiros de qualquer nacionalidade". As subtilidades da discriminação do capitalismo para além destes aspectos revertem outros ainda bem mais graves: o crime.

UM ANO DE RACISMO

Apresentamos, de seguida, um balanço sumário dos atentados contra os trabalhadores emigrantes. Apesar da sua extensão, estamos certos que contribuirá, decisivamente, para a compreensão do que se passa em França.

A 4 de Abril de 1975 — vaga de



atentados racistas contra as agências de "Air Algérie" em Lyon e Toulouse, foram devastadas por explosões.

20/3/75 — Em Marselha, trabalhador argelino foi mortalmente ferido.

5/5/75 — outro trabalhador argelino foi gravemente ferido em Toulon.

Em 11/6/75, — um militante da CGT, Mokhtar Abdeslem, foi agredido por duas vezes e depois despedido, na Simca-Chrysler em Poissy; três operários marroquinos foram despedidos da Chrysler, em Poissy, sem aviso prévio, sem certificado de trabalho e sem carta de despedimento.

30/6/75 — três trabalhadores marroquinos foram presos no seu domicílio e conduzidos em prisão preventiva para Fleury-Merogis.

11/7/75 — em Vincennes trabalhadores norte-africanos foram agredidos por pára-quedistas e legionários vindos para assistir ao desfile do 14 de Julho.

18/7/75 — na Simca-Chrysler, Chaib Ahmed, foi hospitalizado depois de ter sido violentamente agredido por um comando da CFT. (Central "sindical" de patrões).

24/7/75 — um trabalhador argelino, foi agredido, sem motivo, por polícias em uniforme à saída do seu trabalho, em Villeurbanne.

26/7/75 — atentados, durante a noite, contra os locais da Amizade dos Argelinos na Europa, em Paris, Lyon e Roubaix.

29/7/75 — Expedição punitiva contra um grupo de Argelinos em Obernai, Bas-Rhin.

4/8/75 — um jovem espanhol, que se tinha refugiado num posto fronteiriço em Béhoie, foi

entregue à guarda civil por ordem do governo francês.

6/8/75 — seis argelinos foram detidos.

18/8/75 — foram lançadas bombas contra as embaixadas de Argélia em Roma e Londres.

20/8/75 — tiro contra um alojamento de trabalhadores emigrantes argelinos.

28/8/75 — um grupo de refugiados espanhóis foi interceptado perto de Bayone e metralhado por desconhecidos.

3/9/75 — foi descoberto um argelino, Abdelkader Founti, assassinado num parque.

4/9/75 — um jovem argelino de 15 anos foi morto a tiro, atirado de uma viatura, na qual se encontravam mais jovens.

8/9/75 — dois refugiados polílicos espanhóis, residentes em Saint-Jean-de-Luz, foram agredidos por desconhecidos.

13/9/75 — quatro trabalhadores argelinos foram sequestrados por franceses; durante a noite atentado contra a sede da Amizade dos Argelinos na Europa, em Strasbourg.

23/9/75 — um electricista espanhol foi violentamente espancado no rosto pelo seu patrão.

30/9/75 — um trabalhador português foi morto à navalhada em Limoges.

7/10/75 — um trabalhador argelino foi encontrado morto no lago de Annecy.

16/10/75 — um futebolista argelino foi assassinado em França.

27/10/75 — um argelino foi morto em Grenoble.

5/11/75 — novo atentado contra o consulado da Argélia, em Nice.

29/11/75 — um operário marroquino foi morto pelo porteiro de um "cabaret" em Dole.

6/12/75 — um militante da CGT, Mokran El Mouloud, foi expulso da fábrica Citroen de Aulnay-sous-Bois.

16/12/75 — um comando racista actuou em Alfortville. Um argelino ferido gravemente.

6/2/76 — atentado contra um cantoneiro argelino, pai de nove filhos.

20/2/76 — um jovem racista argelino foi atirado de um comboio por quatro vadios.

27/3/76 — Amar Trari foi metralhado no seu carro por polícias e depois conduzido ao commissariado e espancado pelos polícias.

1/4/76 — trabalhadores argelinos foram dissuadidos de comer num bar, sob a acção de uma pistola.

Eis os atentados a que, todos os dias, estão expostos os trabalhadores emigrantes.

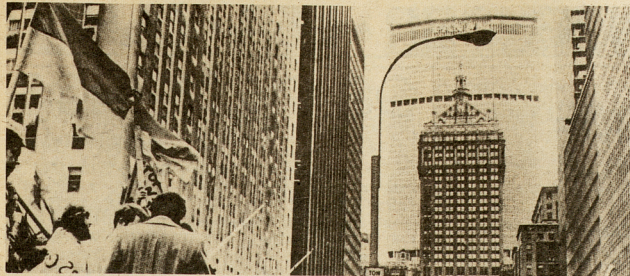
O regime capitalista, para além da feroz explosão a que submete todos os trabalhadores, nacionais ou estrangeiros, utiliza todos os meios, incluindo os jornais e a TV, para lançar na opinião pública as sementes do racismo.

As várias faces de uma realidade cada vez mais contestada pela Humanidade: o capitalismo.

A denúncia destes actos já foi várias vezes feita por organizações sindicais, nomeadamente a CGT e a CFDT. Também a Inter-sindical Nacional tem desenvolvido todos os esforços para melhorar as condições de vida dos emigrantes portugueses.

Lá como cá, os trabalhadores portugueses estão empenhados na mesma luta. Luta que só terminará quando a exploração do homem pelo homem for abolida definitivamente.





CAPITALISMO E CUSTO DE VIDA

O custo de vida continua a aumentar nos países capitalistas. A inflação, a alta dos preços dos bens de primeira necessidade agrava, cada vez mais, a situação dos trabalhadores dos países em causa.

Vejamos, então, alguns números, recentemente divulgados, e que traduzem, bem, a perda progressiva do

poder de compra das massas trabalhadoras.

Em Bona, as estatísticas confirmam uma inflação de 37 por cento em relação a 1970. De Março do último ano até ao mês passado, a taxa foi de 5,4 por cento. Os Institutos de Estudos Económicos da Alemanha Ocidental, que apresentaram um relatório sobre o

desenvolvimento económico do país, chegaram à conclusão que este ano os preços aumentarão ainda 4,5 por cento.

Por sua vez, o custo de vida não pára de aumentar em Itália. Segundo o Instituto Central de Estatísticas, os preços por grosso subiram mais de 3 por cento entre Janeiro e Fevereiro deste ano. Este novo salto dos preços explica-se sobretudo pelo aumento de preço dos produtos agrícolas, que no decurso deste mesmo período subiram 4,4 por cento.

No Brasil, confirma-o o Instituto Getúlio Vargas, a taxa de inflação entre Janeiro e Março foi de 13 por cento. O Instituto precisa que foram os preços dos produtos alimentares que mais sofreram com a crise: aumentaram 14,5 por cento. Entretanto, as rendas de casa subiram 10,6 por cento e o sector de serviços 20 por cento.

No Japão, a situação não é menos catastrófica. A subida de preços dos artigos de largo consumo foi, em Janeiro, mais alta 9 por cento que há um ano. Segundo um relatório do Instituto de Planificação Económica do Japão, a maioria das três mil donas de casa interrogadas declarou que, depois de cada novo aumento, tinham de renunciar a comprar mais uma série de produtos, refazer cuidadosamente o orçamento familiar, passar a adquirir os artigos mais baratos, mas de pior qualidade. A atestar isto está o facto de os salários reais das famílias operárias japonesas se terem reduzido, no ano passado, em 4 por cento. Em consequência, a diminuição do consumo da manteiga foi bastante sensível — menos 12,6 por cento — indica aquele Instituto.

O Ministério do Trabalho dos EUA dá-nos também estatísticas semelhantes.

O custo dos artigos e dos serviços necessários a uma família urbana média de 4 pessoas aumentou 8 por cento em relação a 1975, e mais de 20 por cento em relação a 1974. Como resalta das informações daquele Ministério, é sobretudo a parte reservada à alimentação, despesas da casa e impostos que pesam particularmente no orçamento familiar dos americanos.

A INTERSINDICAL NO CONGRESSO DA CFTD

Foi de pé e com longos aplausos que os 1900 delegados ao 37.º Congresso da CFTD receberam a delegação da Intersindical presente a este congresso. O anúncio da presença de uma delegação da Intersindical teve o efeito de uma mola que fez levantar e aplaudir vibrantemente a delegação portuguesa, assim como a CUT do Chile, o representante da Palestina, da Argélia e os representantes dos sindicatos espanhóis antifascistas.

O 37.º Congresso da CFTD abriu com a apresentação do relatório geral por E. Maire, secretário-geral da CFTD. As consequências da crise do capitalismo em França, a acção reivindicativa e a necessidade do reforço da unidade de acção com a CGT foram alguns pontos debatidos. Referindo-se à Europa, E. Maire declarou que a «Europa capitalista do tratado de Roma não tem nada a ver com as nossas aspirações e ela constitui uma dimensão superior do sistema de exploração e dominação». Ainda no aspecto internacional refere o projecto de resolução que «a nível internacional, nos três anos decorridos, desentolou-se um certo número de acontecimentos importantes para a classe operária no Chile e em Portugal, mas também assistimos a um recuo do imperialismo americano no Vietnam, Laos, Cambodia, Palestina, Angola, etc.

Duramente criticada no projecto de resolução, a política dos EU é mimoseada com as seguintes observações: «o imperialismo americano esforça-se por apor ou instaurar ditaduras para manter o seu domínio sobre esses países contra os interesses das massas populares».

O carácter marcadamente anti-imperialista deste Congresso ficou bem vincado com a apresentação de uma moção apoiada por vários sindicatos que, contrariando um convite feito pelo Bureau Nacional da CFTD ao adido do trabalho da embaixada dos EU, pedia a sua expulsão da sala. Esta moção, vibrantemente aplaudida, foi votada por maioria considerável, apesar da recomendação em contrário do Bureau Nacional.

Um outro aspecto importante deste Congresso foi a rejeição de uma moção que pretendia institucionalizar o direito de tendência na CFTD. Combatido no projecto de resolução como sendo incompatível com um sindicalismo de classe e de massas, e ainda na própria intervenção de E. Maire, o direito de tendência foi por esmagadora maioria rejeitado num voto por escrutínio secreto.

O 37.º Congresso da CFTD, com larga e animada participação, teve o seu início no passado dia 25 e prossegue até ao dia 29 de Maio.

MICHELIN: UM EXEMPLO

O «Império Michelin» é uma das muitas multinacionais da Europa. Da mesma Europa dos 6 milhões de desempregados, da inflação, do aumento do custo de vida.

Esta multinacional possui cerca de 50 fábricas espalhadas por 15 países, uma densa e diversificada rede de vendas e vários entrepostos. Domina, ainda, gigantescas plantações de árvores da borracha e participa em numerosas empresas de fabricação de borracha sintética, fabricando pneus de todas as dimensões e para todos os fins. Desde os pneus de bicicletas até aos utilizados pela engenharia civil, que atingem perto de 4 toneladas, passando pelos utilizados no metro, pelos combos monocris, tractores, camionetas, viaturas de turismo, camiões, tudo se fabrica nesta empresa.

O montante das vendas realizadas em 1974 por esta multinacional atingiu os 10 biliões de francos novos. Isto representa uma soma superior aos créditos destinados à Universidade, no orçamento para 1976, supera, largamente, os créditos consagrados ao trabalho e atinge quatro vezes o volume dos créditos reservados para a cultura. Os lucros fabulosos da Michelin são, como é óbvio, obtidos à custa da exploração desenfreada dos que lhe vendem a sua força de trabalho. Um exemplo: em 1973 as fábricas francesas produziram 47 600 000 pneus com 47 785 assalariados. No ano seguinte produziram-se 48 500 000 (mais de 900 000 que no ano transacto) com 46 745 assalariados (menos 1040).

O ESTADO E A MICHELIN

O «Império Michelin» é bastante favorecido pelo governo.

Os patrões Michelin pagam a corrente eléctrica à EDF, menos cara do que o custo de produção. Em 1973 pagou menos um cêntimo por KWH o que representou, no ano, cerca de 3 milhões de francos novos. Beneficiou, também, de subvenções de toda a natureza, de diminuição de impostos, que atingiu os 30 milhões por ano.

Apesar de todas estas «facilidades», a Michelin investe sobretudo no estrangeiro. Desde 1970, 71 por cento dos capitais, novamente investidos, foram efectuados fora de França.

Efectivamente, a Michelin coloca os seus capitais onde os trabalhadores estão menos organizados, onde a exploração é mais fácil, onde a mão-de-obra é mais barata, onde, portanto, obtêm maiores lucros. Isto é, a Michelin investe capitais nos chamados «países politicamente seguros», onde os governos ao serviço do capital lhe permite a entrada e a exploração desenfreada dos trabalhadores.

CHECOSLOVÁQUIA: NOTÍCIAS DE KARLOVY VARY



Os banheirões estatais checoslovacos de Karlovy Vary começaram em Janeiro no novo ano terapéutico, no decurso do qual se esperam mais de 56 mil doentes. Isto representa mais de 1 500 doentes que em 1975. Nos primeiros dois anos do sexto plano quinquenal, Karlovy Vary e os seus hóspedes receberam uma bela oferta. Em fins do mês de Março de 1976 será posta em serviço uma piscina termal, com serviço de café, e, em Dezembro, começará a funcionar a parte destinada ao refatório do moderno estabelecimento de banhos termais THERMAL.

Na primeira metade do próximo ano começará em actividade o novo cinema do Festival — em Karlovy Vary realiza-se de dois em dois anos o Festival Internacional de Cinema — e todas as outras instalações sociais e culturais, concluindo-se com isto a construção completa do mais moderno estabelecimento balneario no coração de Karlovy Vary.

LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR

TEMPO DE LEITURA

TEATRO DE CIRCUNSTÂNCIA, de Carlos Coutinho — Coleção «Ficcionistas Portugueses» — Seara Nova.

Este volume inclui 5 pequenas peças em 1 acto que embora escritas depois do 25 de Abril, recordam o tempo de repressão e violência que o país viveu durante o fascismo e de que Carlos Coutinho foi também uma das muitas vítimas. É preciso que essa época de terror continue bem viva na memória de todos, para que a luta pela democracia e pela liberdade seja cada vez mais determinada e mais consciente.

Carlos Coutinho, ao afirmar que «o teatro não pode fazer tábua razeira da hora que passa» e que «estamos num tempo necessário a que fatalmente corresponde um teatro necessário», promete não parar, já que esta é a forma de intervir que neste momento lhe parece mais eficaz. A teoria ficará para depois, diz ele. Para já, há que agarrar «as coisas simples e urgentes».

PORTUGAL ATRAVÉS DE ALGUNS NÚMEROS, de Blasco Hugo Fernandes (4.ª edição) — Biblioteca Popular — Prelo Editora.

Da Introdução: «De qualquer maneira, os índices globais e médios, apesar de revelarem as limitações inicialmente apontadas, permitem-nos comparar entre si diferentes países, evidenciando o atraso de uns em relação a outros. (...) Justifica-se, por isso, a nossa intenção de apresentar ao longo deste trabalho muitos desses indicadores que, por serem de natureza estatística, permitem-nos, de uma forma inequívoca, a realidade económica e social em que nos deixamos o fascismo — a pesada herança que este nos transmitiu».

AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS — A HORA DA ESCOLHA, de Jean Chatain e Roger Gaudon — Biblioteca de Economia Contemporânea — Editorial Estampa.

«O que é um artefacto? Como definir aquilo a que se chama uma pequena empresa? E uma média? Que significa a expressão «camadas médias?»»

Um livro sobre problemas de trabalho que a todos pode interessar e muito particularmente aos trabalhadores em geral.

POEMA XXXVII

Do livro *O Riso Dissonante* de Mário Dionísio

mil anos que viva não se apaga a imagem sombria e vacilante dum homem desconhecido numa esquina com um lenço na mão manchado de sangue

uma imagem sombria e vacilante cambaleante no regresso instável das zonas baças onde o tempo para com um lenço na mão manchado de sangue

cambaleante no regresso instável sem se lembrar da rua onde morou só com uma tênue sombra do passado no lenço na mão manchado de sangue

ninguém sabia a sua história ninguém ouviu a sua voz de seu só tinha bem pesado um lenço na mão manchado de sangue

não tinha voz não tinha nome não tinha pais não tinha amigos não tinha lar só tinha um lenço na mão manchado de sangue

JOGO ESCURO DA REACÇÃO

Com a aproximação da abertura da campanha eleitoral para a presidência da República, as forças reaccionárias multiplicaram a sua actividade de desagregação do problema político português.

Há a sensação, no observador mais atento, que essas forças sentindo que só na jogada de entendimento mais cerrado e inteligente poderão fazer chegar a água ao seu moinho, sem fazerem ondas, baixaram bandeira, em determinado sector da sua força, para que saísse reforçada a sua frente política de batalha.

Estamos pensando no facto de não apresentação da candidatura de Kauliza de Arriaga, um homem de extrema-direita, que muitos jornais reaccionaríssimos, que presentemente se publicam em Portugal (Oh, Liberdade, como a tua magnânima alma de sonho te permite facilitar armas aos teus inimigos, que só

esperam pela primeira oportunidade para te assassinar!) tinham louvado como o candidato ideal para a tentativa de obtenção de seus maquiavélicos fins!

Para fazer o jogo dos seus bons amigos, jogo de interesses inconfessáveis e estranhamente guardados no cofre forte do maior segredo, o trunfo Kauliza foi voluntariamente (?) posto de parte. Dessa maneira, não criando dificuldades aos que podem, amanhã, ajudar a servir seus próprios interesses, numa dispersão de votos que, qualquer que fosse o seu tomo, enfraqueceria as forças, sonhadas e reais, da reacção.

Tará sido, também, essa uma das razões porque o que foi, durante tantíssimo tempo, tido como candidato certo à Presidência da República, Galvão de Melo, acabou por se não apresentar como candidato?

OS PIONEIROS

Conto de Sidónio Muralha

De longe, muito longe vinham e os sapatos estavam gastos. Não conheciam as leis, os costumes, a língua do país onde tinham arribado pela força das circunstâncias. Só sabiam que quem fosse lavrador tinha trabalho. A terra não acabava mais e era preciso desbravá-la.

Ficaram num quarto pequeno para quatro. Os dois filhos tinham adormecido numa cama estreita, um no sentido do norte, outro no sentido do sul, para melhor aproveitamento do espaço. O homem disse:

— Temos dinheiro para alguns dias. Tudo dará certo. Amanhã já podemos trabalhar e as crianças também.

Ela respondeu brandamente:

— Já não são crianças. São dois adolescentes e vão continuar a luta ao nosso lado.

— Sim, eu esqueço sempre — disse o homem — e mesmo quando crianças já trabalhavam, agora é só continuar.

— É.

— Amanhã vamos por aí, de porta em porta, de fazenda em fazenda. De camisa nova, mulher, e de sapatos engraxados. Vamos pô-los à porta do quarto para que os engraxem. Os teus também.

— Os meus não — recusou a companheira —, nem a graxa os pode salvar. Quando voltarmos a ganhar alguma coisa, compro outros. Estes duraram cinco anos, sempre correndo. Vocês é que vão necessitar de sapatos engraxados, eu não.

No dia seguinte, muito cedo, os filhos acordaram. O homem já tinha tirado da velha mala as camisas novas e estava confiante e sorridente.

— Rapazes — disse ele — vamos mostrar a esta gente como a terra deve ser tratada, com trabalho e amor. E vamos de camisas novas e sapatos engraxados para que saibam que não somos mendigos. Esperem aí.

Abriu a porta e não encontrou os sapatos. Resolveu aguardar que os trouxessem. Meia-hora depois voltou a abrir a porta, mas antes disse:

— Vão ver agora os nossos sapatos reluzentes. Será impossível reconhecê-los.

Não encontrou os sapatos. Um criado deambulava no corredor de tapete poído, o homem acenou-lhe, tentou explicar-se, apontou os pés descalços dele e dos filhos, fez gestos de quem engraxa, a mimica dos dois alargou-se, um novo personagem entrou em cena, era o porteiro, e de todos os desencontros surgiu, aos poucos, uma realidade irreversível: — naquele país, como em tantos outros, não era hábito os hóspedes deixarem os sapatos à porta dos quartos para serem engraxados. Com buracos nas solas, velhos e cambaícos, os sapatos nada valiam e tinham ido directamente para o lixo recolhido pelo camião que passara às seis da manhã.

O dinheiro era escasso mas deveria ser possível comprar um par de sapatos e aguentar as despesas da semana. O homem começaria a trabalhar, talvez conseguisse comprar sem demoras os sapatos dos filhos.

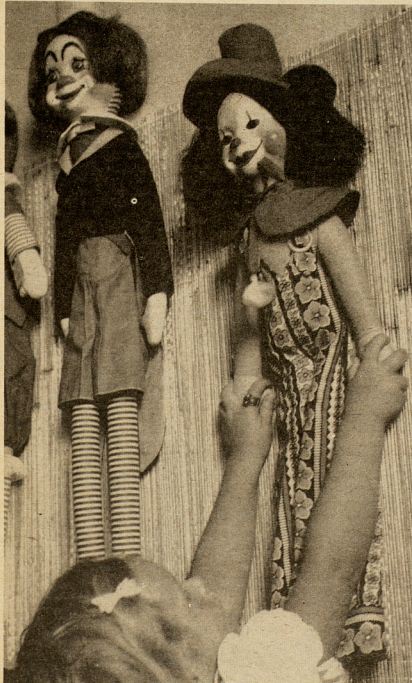
— Vai, mulher, vai, tão logo voltes já posso partir por aí. Não tenhas receio.

Ela não tinha. Era uma lutadora, habituada a abrir o caminho com a rudeza dos bichos e dos seres humanos que não possuem duas alternativas.

Já na rua, virou-se rapidamente. O companheira e os filhos estavam à janela e olhavam, de camisa nova e descalços, a terra promissora.

(Do livro «O Andarilho» — Prelo Editora)

LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR



BONECAS POLACAS PARA EXPORTAÇÃO

Diversos muito os gostos dos clientes estrangeiros da Cooperativa de Brinquedos SPAD, de Varsóvia. Os sucos, por exemplo, compram muitos anões com socos de madeira, os chamados gnomos. Em França, Áustria e Itália preferem bonecas de pernas altas e palhaços. Há relativamente pouco tempo, os Estados Unidos foram incluídos na lista dos clientes estrangeiros, para onde são exportadas «índias» e bonecas com o nome de «Mary». Quanto aos clientes nacionais, preferem bonecas com trajes regionais.

SPAD faz parte do grupo das maiores cooperativas da indústria de brinquedos. Este ano, mais de 70 por cento dos seus produtos serão destinados a clientes estrangeiros. A sua produção baseia-se quase totalmente em trabalhos manuais. A pintura dos rostos e, sobretudo, os olhos das bonecas, exige grandes capacidades artísticas. A operação mais difícil, e que é em grande parte decisiva para a aparência final da boneca, é a confecção das suas roupas. Os vestidos, as calças e os adornos, quase sempre uma cópia fiel das confecções modernas, devem ser objecto de grande precisão.

Na foto acima vêem-se bonecas fabricadas pela Cooperativa SPAD, de Varsóvia.

PARA ONDE VAIS, VICTOR?

VÍTOR: 6 anos morenos, mulatos.

Olhos negros de azeviche, pé descalço, na bola de trapos, na calçada, na infância por viver, no amanhá que desconhece.

Vítor vive com a mãe, num vão de escada, cozinha, quarto...

Como creche, a rua. Uma rua longa, longa e estreita.

Prédios gigantes para a sua dimensão, fazem de quadros que não tem. As janelas são os desenhos que capta, as experiências que marca.

Os «outros meninos» são os homens das tascas. Para o Vítor, também são «meninos», os operários das duas tipografias e o

papagaio do sapateiro. Eles são os carros que passam velozes (... como um carrrossel) e as mulheres do «bar», um pouco mais abaixo (que boas elas são para o Vítor e para os homens...). E são-nos, igualmente, os gritos alifios da mãe (Vítor! Ó Vítor: anda cá, rapaz!).

É este o tempo que passa pelo Vítor.

Os homens, os carros, as mulheres, a calçada (pelos pés velozes e os olhos argutos), o linguajar do papagaio.

A infância a correr veloz de inocência.

Quem é Vítor? Uma CRIANÇA, em Portugal!

4 NOTAS NA SEMANA

A CORRIDA PARA BELÉM

Otelo Saraiva de Carvalho foi, enfim, autorizado a candidatar-se.

E candidatou-se.

Costa Gomes, após um mês de reflexão, desistiu, definitivamente, da corrida para a Presidência.

A direita pode, finalmente, atenuar os torpes ataques que impunente tem vindo a dirigir ao Presidente da República, nomeadamente através da imprensa reaccionária.

Quanto a Ramalho Eanes e Octávio Pato, as suas posições são já bem conhecidas de todos nós.

Pinheiro de Azevedo diz que a «personalidade» é bastante importante e, quanto a comunistas, a América é que sabe... Ariele da Silva foi abandonada pela LCI e pelo PRT.

A VOZ DA ULTRADIREITA

Com ex-pides à mistura, e ex-legionários e outros que tais, a ultradireita realizou uma conferência de imprensa através do seu porta-voz Kauíza de Arriaga.

Disse de Arriaga: «Não concorrerei à próxima eleição para a Presidência da República».

De Arriaga diz não achar razoável «dividir o que, mediante o seu voto querem continuar a opor-se» às «forças totalitárias», leia-se forças de esquerda.

Com esta última afirmação, de Arriaga demonstrou bem até onde vai a inteligência da direita. A direita não se divide. A direita sabe que a união faz a força.

Daí que essa mesma direita tudo faça para dividir a esquerda. Para dividir os trabalhadores. Para dividir todo o Povo em luta pela sua libertação.

ANGOLA

Agostinho Neto Presidente da República Popular de Angola, apelou recentemente para o regresso dos que, precipitadamente, abandonaram o país.

Mais recentemente ainda, declarou que o «governo da República Popular de Angola não pensa que cada angolano deva ser membro do MPLA».

Aos antigos militantes da FNLA e da UNITA, Agostinho Neto garantiu que «não serão objecto de qualquer repressão», caso queiram retomar as suas actividades normais.

Assim se vai reconstruindo uma pátria. Pátria devastada por cinco séculos de colonialismo.

QUEM ATACA A REFORMA AGRÁRIA?

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, as colheitas de trigo, centeio, aveia e cevada atingirão cerca de 1 271 000 toneladas durante este ano.

Nunca, em Portugal, se atingiram tais resultados. Perante esta realidade, caberá perguntar: Quem tem medo da Reforma Agrária? Quem ataca a Reforma Agrária?

CINEMA

«SOLARIS», DE ANDREI TARKOVSKY

Na passada semana, falámos aqui do «2001 - Odisseia no Espaço», de Stanley Kubrik. «Solaris», de Tarkovsky, pode ser entendido como a abordagem soviética do mesmo tema. Estabelecer, entre um e outro filme, os possíveis pontos de coincidência, mas sobretudo as diferenças que os separam em aspectos fundamentais, não é para o espectador apenas um jogo de inteligência: será também uma verdadeira aprendizagem do que distingue dois tipos de sociedades através de dois realizadores de Cinema.

Aprendizagem, escrevemos. Esse é, no fim de contas, o mérito final de toda a arte. Que não pode ser «útil» por encomenda, é verdade. Mas também não tem nenhuma obrigação de ser inútil.

BAILADO

GRANDE COMPANHIA DE BAILADO FOLCLÓRICO DA REPÚBLICA SOVIÉTICA DA MOLDAVIA

Há folclore e folclórico. Quer dizer: há a recolha de temas do Povo no respeito pelo Povo, e há a pilheragem do património popular para com ele fabricar espectáculos que com o Povo já não têm nada a ver. Como havemos nós de distinguir entre uns e outros? Não é tão difícil como pode parecer: pela própria participação popular. Terra onde o Povo esteja a gemer sob a bota da opressão, é terra onde o folclore não pode ser respeitado. Terra onde o Povo seja livre, é terra onde há condições para criar arte autêntica a partir do folclore.

É a partir desta noção que se toma possível assistir a espectáculos como o da Companhia de Bailado da República Soviética da Moldávia. E entender o que estamos vendo.

TEATRO

«OS AMANTES PUERIS» de Fernand Crommelynck

Com encenação de Fiama Hasse Pais Brandão, e sobre tradução de Luísa Neto Jorge, o grupo de «Teatro Hoje» vai representar a peça «Os Amantes Pueris», no Teatro da Trindade, através dum a iniciativa do INATEL.

Esta peça estará em cena de 29 de Maio a 13 de Junho, às 21,30 horas, com excepção dos dias 7 e 10 de Junho. Aos domingos haverá somente matiné.

Em todos os preços dos bilhetes haverá o desconto de 50% para os sócios do INATEL, CCD, PCT e Sindicatos.



SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERNO: Jaime Marques Machado

16 páginas - Preço 500

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Vítor Cordeiro - 1 - 2.º - LISBOA

DELEG. CAD NORTE

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922-1

Telefs. 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REGIMPRENSA

COMPOSIÇÃO IMPRESSÃO

HEXSA PORTUGUESA

Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora

CONSTITUIÇÃO

As organizações de classe dos trabalhadores, nomeadamente as associações sindicais e as comissões de trabalhadores, vêm reconhecido pela Constituição o importante papel que têm desempenhado ao longo do processo revolucionário e democrático, na sequência das tradições de luta que herdaram do período anterior ao 25 de Abril.

reconhecimento constitucional é uma importante conquista dos trabalhadores.

SEGURANÇA SOCIAL

A Segurança Social, que é um direito a todos os portugueses reconhecido pela Constituição, deve, nos termos desta, ser organizada,

A CONSTITUIÇÃO ALAVANCA DOS TRABALHADORES

De facto, aquelas organizações de classe tiveram influência decisiva na mobilização popular que alcançou um salário mínimo nacional e outras importantes conquistas económicas, que conteve as investidas reaccionárias, que combatu a sabotagem económica, que impulsionou as nacionalizações e o controlo operário, que lançou os fundamentos da Reforma Agrária e a prosseguiu, defendeu e consolidou.

Para conseguirem alcançar estes objectivos, que constituem marcos fundamentais da revolução democrática iniciada em 25 de Abril de 1974, as associações sindicais e as comissões de trabalhadores tiveram que levar a cabo um amplo e profundo trabalho organizativo, em que se manifestou a enorme capacidade criadora, imaginadora e coragem dos trabalhadores portugueses. Este trabalho, só é possível pela firme unidade de classe dos explorados, que tinham sentido durante 48 anos de horrores da exploração capitalista sob a forma da sua ditadura terrorista, o fascismo, veio contribuir para reforçar essa unidade, tomando cada vez mais difícil a tarefa das forças reaccionárias e do imperialismo de dividirem o movimento operário.

A participação das associações sindicais e outras organizações de classe dos trabalhadores na vida económica e social do novo Estado democrático, cujas traves mestras constam da Constituição, é importante.

No último número do «Alavanca» referimos alguns dos direitos específicos das Comissões de Trabalhadores e dos sindicatos.

Referimos hoje três direitos cujo conteúdo é subsidiado pelo

Estado como um sistema unificado e descentralizado.

Para tanto, porém, a Constituição exige o acordo e a participação das associações sindicais e outras organizações das classes trabalhadoras.

Assim, os trabalhadores vêm reconhecido o seu direito (que é simultaneamente um dever) de intervirem em questões tão importantes como a protecção na doença, na velhice, na invalidez, na viuvez e na orfandade. Mas não só nestas. Também no desemprego e noutras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Nesta frente de luta, aberta ao longo do processo revolucionário pelas massas trabalhadoras, que nela (como no próprio processo) experimentaram já vitórias e reveses, passam os trabalhadores a ter da Constituição, novas e vantajosas posições, cuja conquista resulta, em última análise, do combate já travado.

Há que prosseguir, pois, o combate por uma segurança social unificada e eficaz, democraticamente gerida e ao serviço efectivo de todos, em especial dos mais desfavorecidos, acabando com situações degradantes que ainda hoje vivemos em postos clínicos e hospitais devido ao característico desprezo do capitalismo (por mais «humanista» e «pensionalista» que se afirme) pelas pessoas que trabalham.

PLANO

Nos termos da Constituição, a organização económica e social do país deve ser orientada, coordenada e disciplinada pelo Plano com dois

grupos de grandes objectivos interligados:

— Construir uma economia socialista, através da transformação das relações de produção e de acumulação capitalistas;

— Garantir o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a eficiente e plena utilização das forças produtivas a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, bem como o equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo.

Como se vê, só uma vez atingido o primeiro grande objectivo os restantes podem por sua vez ser plenamente alcançados. Na verdade, é impensável, por exemplo, uma justa repartição individual e regional do produto nacional, ou a plena utilização das forças produtivas enquanto permanecerem relações de produção e de acumulação capitalistas. No entanto, e também a título de exemplo, a coordenação da política económica com a política educacional ou a utilização mais eficiente das forças produtivas podem contribuir para a edificação duma nova ordem económica socialista, se postas ao serviço da e no fundamental determinadas pelas forças produtivas mais importantes: os trabalhadores.

Na elaboração do Plano (cuja estrutura engloba o longo, médio e curto prazos e cuja aprovação, quanto às grandes opções, compete à Assembleia da República) devem participar a par das comunidades locais através da sua organização

própria, as organizações de classe dos trabalhadores, isto é, as associações sindicais e as comissões de trabalhadores.

Também neste campo, como planificação da vida económica nacional, que não custa prever será uma das determinantes das profundas transformações económicas e sociais que rasgará a sociedade democrática portuguesa o caminho do socialismo, os trabalhadores terão uma palavra muito importante a dizer. Tanto mais importante quanto maior for a força que pela sua unidade, organização e decisão lhe imprimirem. Se souber vencer os inimigos da sua unidade, os que os procuram enfraquecer dividindo-os e enganando-os, a sua palavra será não só importante, mas decisiva.

REFORMA AGRÁRIA

Esta conquista fundamental dos trabalhadores do campo e da cidade, sem a qual a revolução portuguesa não seria «revolução», obra da iniciativa dos trabalhadores rurais da área do latifúndio, é reconhecida e consagrada pela Constituição.

Também aqui a defesa da Constituição se identifica com a defesa duma grande conquista dos trabalhadores, e os ataques a esta com os ataques àquela. Sabendo-se quem ataca a Reforma Agrária, quem a todo o custo tenta expulsar trabalhadores de terras antes incultas e hoje cultivadas e em que se verifica um espantoso aumento de rendimento e produção, quem a pretaxo de defender a independência nacional e de obter o progresso económico quer suprimir um factor de vulto dessa mesma independência e desse mesmo progresso (ou não serão os

mesmos?) recorrendo à calúnia e à violência sabendo-se que quem isto faz são os antigos latifundiários e as forças monopolistas e imperialistas a eles necessariamente ligadas, compreende-se a importância desta conquista revolucionária e a virulência dos ataques à Constituição e à defesa pelas forças reaccionárias.

No entanto, as forças do passado, da exploração e da repressão têm contra si não só uma Constituição que os trabalhadores impuseram através das forças de esquerda na Assembleia Constituinte, não só os trabalhadores rurais cuja intervenção na definição e execução da Reforma Agrária através das suas organizações próprias a Constituição assegura, mas também e cada vez mais a vontade da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses, expressa repetidas vezes em Plenários da Intersindical (nomeadamente no de 9, 10 e 11 de Abril passado, realizado em Beja), no Encontro de Comissões de Trab. e Deleg. Sindicais de 29 de Maio, e expressa também na votação para a Assembleia da República.

Um Governo que não respeite esta votação atará duma ou outra forma

a Reforma Agrária (bem como as outras conquistas dos trabalhadores), colocar-se-á duma maneira ou doutra ao serviço das forças económicas internas e externas do grande capital que atacam a Reforma Agrária (e as outras conquistas dos trabalhadores), motivos mais que suficientes para não contar com o apoio popular.

O Movimento Sindical Unitário e em especial os sindicatos dos trabalhadores agrícolas, têm na luta pela defesa, consolidação e aprofundamento da Reforma Agrária uma frente que conhecem e que urge reforçar. Contra a exploração, contra o capital, com a Constituição pelo seu lado. Mais uma vez contra quem está contra a Constituição.

Estas vias de intervenção do Movimento Sindical e das organizações de classe dos trabalhadores no processo democrático, não sendo as únicas, não devem ser esquecidas.

Se é certo que o socialismo não se constrói num dia, também é certo que uma revolução não se perde num dia. E aprendendo com os erros próprios e alheios e criticando-se, avançando e sabendo recuar, que a classe operária e os trabalhadores em geral defendem a revolução consolidam a democracia e avançam para o socialismo.

A Constituição representa um importante instrumento na luta pelo fim da exploração capitalista, isto é, pelo fim da exploração duma classe, maioria, por outra, de número cada vez mais reduzido.

HÁ QUE DEFENDÊ-LA
HÁ QUE USÁ-LA
HÁ QUE EXIGIR A SUA
APLICACÃO

